



Relatório de gestão da
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
do Estado do Pará

Biênio 2017-2019

Em todo o estado. Conte com o MPPA.

Seja em Belém ou em um município do interior, o Ministério Público do Estado do Pará está presente para atender a sociedade e defender os direitos coletivos de acesso a saúde, educação, segurança pública e demais interesses sociais indisponíveis.

Áreas de atuação:



Ações Constitucionais e
fazenda pública



Agrário



Cível



Consumidor



Criminal



Direitos constitucionais
fundamentais e direitos humanos



Educação



Eleitoral



Idoso



Infância e juventude



Meio Ambiente, patrimônio
cultural e habitação e urbanismo



Patrimônio Público e
moralidade administrativa



Pessoas com deficiência



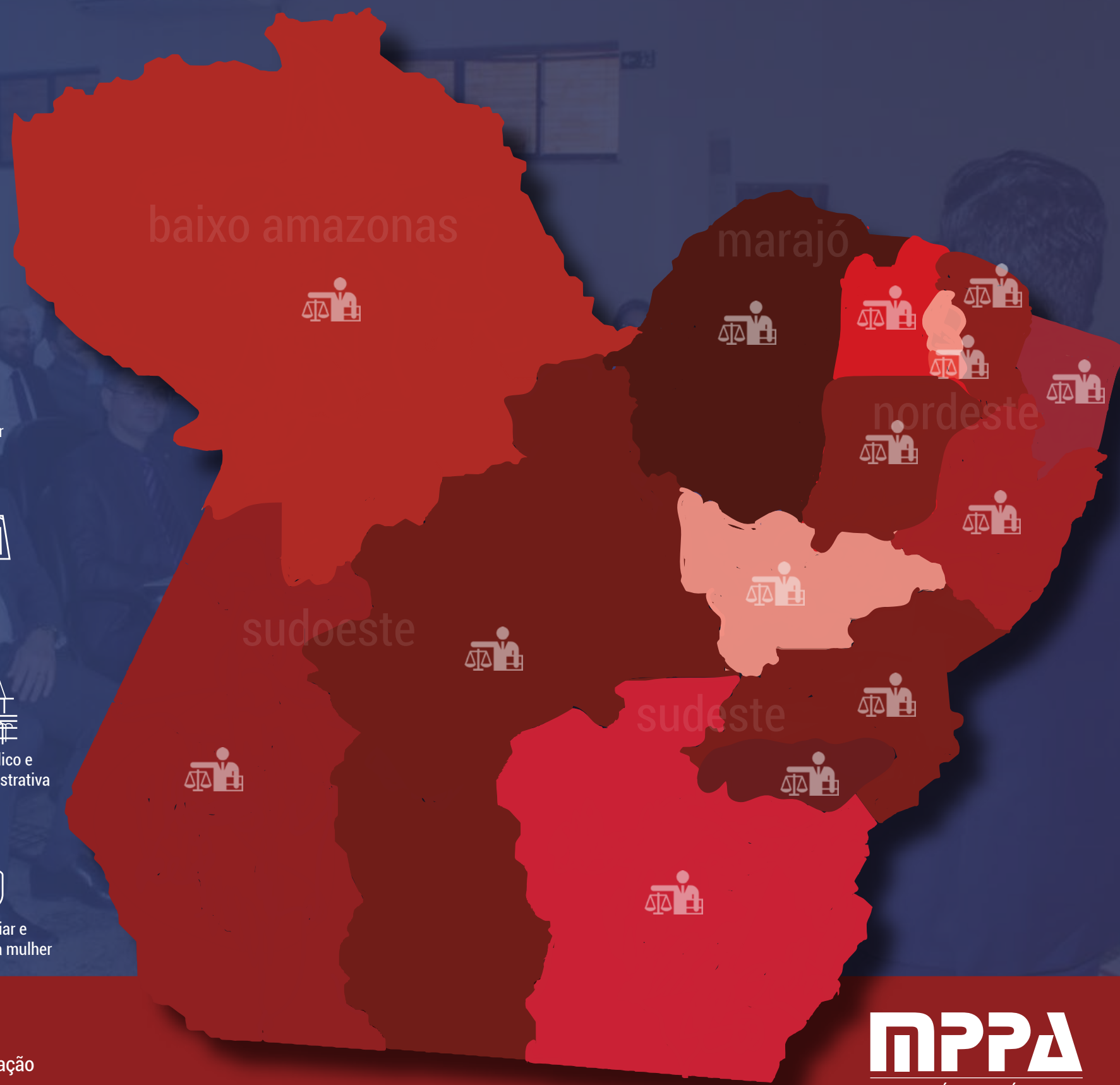
Saúde



Terceiro setor



Violência familiar e
doméstica contra a mulher



Qualquer cidadão pode entrar em contato com o Ministério Público do Estado do Pará
Procure a Promotoria de Justiça mais próxima de você ou utilize um dos nossos canais de comunicação
• Ouvidoria (91.4006-3654 | 4006-3656 | ouvidoria@mppa.mp.br)
• www.mppa.mp.br

MPPA
MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

Procuradoria-Geral de Justiça
Procurador-geral de Justiça
Subprocuradora-geral de Justiça para a área Jurídico-Institucional
Subprocuradora-geral de Justiça para a área Técnico-Administrativa
Chefe de gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça

Colégio de Procuradores de Justiça

- Gilberto Valente Martins *(presidente)*
- Manoel Santino Nascimento Junior
- Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves
- Claudio Bezerra de Melo
- Ubiragilda Silva Pimentel
- Luiz Cesar Tavares Bibas
- Geraldo de Mendonça Rocha
- Francisco Barbosa de Oliveira
- Almerindo José Cardoso Leitão *(aposentado em 2017)*
- Dulcelinda Lobato Pantoja
- Marcos Antônio Ferreira das Neves
- Adélio Mendes dos Santos
- Mariza Machado da Silva Lima
- Antonio Eduardo Barleta de Almeida
- Ricardo Albuquerque da Silva
- Ana Tereza do Socorro da Silva Abucater
- Mario Nonato Falangola
- Maria da Conceição Gomes de Souza
- Maria da Conceição de Mattos Sousa
- Leila Maria Marques de Moraes
- Maria do Perpetuo Socorro Velasco *(aposentada em 2018)*
- Tereza Cristina Barata Batista de Lima
- Maria Tércia Ávila Bastos dos Santos
- Estevam Alves Sampaio Filho
- Jorge de Mendonça Rocha
- Hezedequias Mesquita da Costa
- Maria Célia Filocreão Gonçalves
- Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento
- Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo
- Nelson Pereira Medrado
- Rosa Maria Rodrigues Carvalho
- Miguel Ribeiro Baía *(aposentado em 2017)*
- Hamilton Nogueira Salame
- Waldir Macieira da Costa Filho
- Sérgio Tibúrcio dos Santos Silva

- Gilberto Valente Martins
- Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento
- Rosa Maria Rodrigues Carvalho *(abril de 2018 a abril de 2019)*
- Dulcelinda Lobato Pantoja *(maio de 2017 a abril de 2018)*
- Aldo de Oliveira Brandão Saife

Conselho Superior

- Gilberto Valente Martins (presidente)
- Jorge de Mendonça Rocha
- Waldir Macieira da Costa Filho *(janeiro a abril de 2019)*
- Maria da Conceição de Mattos Sousa *(janeiro a abril de 2019)*
- Dulcelinda Lobato Pantoja *(janeiro a abril de 2019)*
- Hamilton Nogueira Salame *(janeiro a abril de 2019)*
- Leila Maria Marques de Moraes
- Rosa Maria Rodrigues Carvalho
- Francisco Barbosa de Oliveira
- Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento
- Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo

Corregedor-geral

- Almerindo José Cardoso Leitão *(janeiro a junho de 2017)*
- Jorge de Mendonça Rocha *(junho de 2017 a abril de 2019)*

Ouvidor

- Andrea Moura Sampaio *(abril 2017 a dezembro de 2018)*
- Ricardo Albuquerque da Silva *(dezembro de 2018 a abril de 2019)*

Supervisor do Centro de Apoio Operacional

- José Maria Costa Lima Junior

Coordenação do Centro de Apoio Operacional Criminal

- José Maria Costa Lima Junior

Coordenação do Centro de Apoio Operacional Cível

- Sumaya Saady Morhy Pereira *(abril de 2017 a maio de 2018)*
- José Godofredo Pires dos Santos *(maio de 2018 a abril de 2019)*

Coordenação do Centro de Apoio Operacional Cidadania

- Adriana de Lourdes Mota Simões

Coordenação do Centro de Apoio Operacional Meio Ambiente

- Myrna Gouveia dos Santos *(abril de 2017 a abril de 2019)*
- José Godofredo Pires dos Santos *(abril de 2019)*

Coordenação do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude

- Lilian Patrícia Duarte de Souza Gomes *(abril a outubro de 2017)*
- Leane Barros Fiuza de Mello *(outubro de 2017 a abril de 2019)*

Elaboração do relatório Assessoria de Comunicação Social

imprensa@mppa.mp.br
(91) 4006-3586 | 4006-3487

Impressão

M.M.M Santos Editora
Tiragem: 100 exemplares

Ministério Público do Estado do Pará

Rua João Diogo, nº 100, bairro Cidade Velha, CEP 66015-160 – Belém, PA.

 www.mppa.mp.br  [/MPPAoficial](#)  [/MPPAoficial](#)  [/ministeriopublicopa](#)

Catalogação na publicação (CIP)
Divisão de Biblioteca

P221r Pará. Ministério Público. Procuradoria-Geral de Justiça.

Relatório de Gestão da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Pará: biênio 2017-2019 / Ministério Público do Estado do Pará. Procuradoria-Geral de Justiça. – Belém, 2019. 88 p. : il.

1. Ministério Público - Pará - Procuradoria-Geral de Justiça. 2. Relatório de Gestão. I. Martins, Gilberto Valente - Procurador-Geral de Justiça. II. Título.

CDD: 341.41306

SUMÁRIO

08	Conheça o MPPA	48	Comissões temáticas
10	Mensagem do procurador-geral	51	Parcerias com a Ouvidoria
12	Plano de trabalho	54	Segurança Institucional
14	Momentos da gestão	60	PCCR avança
18	Notas	62	Qualidade de vida
20	Primeiro promotor PGJ	64	Acesso à qualificação
22	Combate à corrupção	70	Mais tecnologia
26	Atuação judicial	72	Informatização em alta
30	Posses de novos membros	75	Readequação dos CAOs
34	Investimento em estrutura	81	Diálogo constante
40	Defesa da moralidade	82	Salto administrativo
44	Ouvidos à classe	86	Estratégia em governança
45	Transparência	88	Gestão do orçamento

Conheça o MPPA

Veja quais são as atribuições e confira a configuração do Ministério Público do Estado do Pará

O Ministério Público é uma instituição pública permanente e independente, que não pertence aos poderes Judiciário, Executivo ou Legislativo e nem aos Tribunais de Contas. Tem orçamento, carreira e administração próprios. Atua na defesa dos interesses sociais e indisponíveis, como o direito à vida, à saúde, à moradia, à liberdade, à educação, ao trabalho, à cidadania, dentre outros.

Fiscal das leis, o MPPA atua, ainda, na defesa da ordem jurídica e do regime democrático.

Também defende o patrimônio cultural, o meio ambiente, os direitos e interesses da coletividade, como os das comunidades indígenas, da família, da criança, do adolescente e do idoso.



O que é importante para nós

O MPPA considera essencial agir com ética, probidade, credibilidade, independência, justiça social, transparência, imparcialidade, responsabilidade socioambiental, acessibilidade, celeridade, efetividade, eficiência. Estes são nossos valores.



Por que existimos

Nossa missão é defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, assegurando o exercício pleno da cidadania.



O que queremos ser

Nossa visão é ser reconhecida como instituição em permanente atuação em todo o Estado do Pará, na articulação das políticas públicas e na mediação dos conflitos sociais. O MPPA vem se organizando, se aperfeiçoando, se modernizando, valendo-se cada vez mais de recursos tecnológicos de ponta, além do aperfeiçoamento de seus membros e servidores.



348

É a quantidade atual de membros do MPPA, somando os procuradores e promotores de Justiça ativos.



118

Municípios paraenses contam com ao menos uma Promotoria de Justiça instalada. Em algumas cidades o MPPA atua em imóveis próprios. Em outras, em salas dentro dos Fóruns.

1.263



1.391



Quantidade total de servidores ativos considerando a soma de efetivos e comissionados

2017

2018

751



955



Quantidade total de estagiários ativos considerando a soma de estudantes de nível médio e superior

2017

2018

Aprendizados e avanços

Entregar este relatório de gestão à sociedade paraense representa mais do que ser transparente e exercitar uma boa prática da administração pública. Pessoalmente, vejo neste documento a materialização de dois anos de muito trabalho, inúmeros aprendizados, renovação do compromisso com a defesa da cidadania e também de conquistas para o fortalecimento do Ministério Público.

Tive a satisfação de ser o primeiro promotor de Justiça na história do MPPA a assumir a Procuradoria-Geral de Justiça, tendo sido nomeado, pelo governador do Estado, para o cargo em 20 de março de 2017 e tomado posse

em 10 de abril de 2017.

Apoiado por uma equipe dedicada de procuradores de Justiça, promotores de Justiça, servidores e estagiários, coloquei em prática um projeto de gestão que sempre teve como norte o aprimoramento dos serviços prestados pelo Ministério Público ao cidadão. Este sempre foi o nosso balizador.

Realizamos a maioria das propostas que sempre defendemos como necessárias para os avanços institucionais que reflitam na melhoria dos serviços que prestamos à sociedade paraense, de forma que várias das decisões administrativas tomadas contribuíram decisivamente para o fortalecimento da instituição.

Apesar do cenário de crise e de limitação de recursos, conseguimos avançar em muitos aspectos, com destaque para as várias obras realizadas nas diversas regiões do estado, sobretudo em municípios do interior, para melhorar as estruturas das Promotorias de Justiça. Nossa equipe de trabalho sempre entendeu que boas instalações físicas refletem na melhoria dos serviços prestados e na dignificação do cidadão que procura o Ministério Público.

Aumentamos a oferta de cursos e eventos de capacitação ao nosso público interno e à sociedade. Organizamos eventos internacionais e expandimos atividades educativas para o interior. Tivemos ainda o incremento das atividades dos Centros de Apoio Operacional e do Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar em todo o Estado do Pará com efetivo apoio aos órgãos de execução.

Investimos em boas práticas adminis-

trativas para utilizar os recursos da instituição da forma mais qualificada possível. Por isso, celebramos novos contratos administrativos indispensáveis ao pleno funcionamento dos serviços institucionais, renovamos sistemas de informação e equipamentos de informática, mantivemos os pagamentos de salários absolutamente em dia, inclusive assegurando o pagamento de todas as vantagens salariais que nossos membros e servidores legalmente fazem jus em razão do exercício de suas ativi-

O projeto de gestão sempre teve como norte o aprimoramento dos serviços prestados pelo Ministério Público ao cidadão

dades funcionais.

Sintonizados com o momento nacional vivenciado pelo Ministério Público para cumprir a missão constitucional pela probidade na administração pública, reforçamos as atividades institucionais de combate à corrupção.

Fortalecemos os órgãos de execução do MPPA com a nomeação de novos promotores de Justiça e assessores de primeira e segunda entrâncias, respeitando sempre os limites de gastos com pessoal impostos pela lei de res-

ponsabilidade fiscal.

As atribuições de natureza administrativa receberam da Procuradoria-Geral de Justiça atenção destacada nestes dois últimos anos. Não poderia ser diferente. Mesmo assim, posso afirmar que, no cargo de chefe do Ministério Público, atuei com denodo como órgão de execução nas matérias que são de competência exclusiva do procurador-geral.

Não medi esforços para bem representar o MPPA nos fóruns e em colegiados fora do nosso Estado, como no Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público do Estados e da União e no Conselho Nacional do Ministério Público. Ser eleito, de forma democrática, para presidir o Grupo Nacional de Proteção ao Patrimônio Público foi resultado de todo o empenho da nossa instituição em combater as organizações criminosas e agentes públicos que tentam dilapidar o erário.

O Ministério Público ainda tem muitos desafios pela frente. E sei que temos oportunidades para aprimorar nossa atuação.

Nas páginas seguintes delineamos, de forma pormenorizada, as inúmeras ações que muito nos estimularam. Compartilhamos nossas conquistas com todos os membros e servidores, que juntos se mostram motivados pela melhoria de nossa atuação institucional.

Muito obrigado e boa leitura.

Gilberto Valente Martins
Procurador-geral de Justiça
do Estado do Pará

Planejado e executado

Cerca de 100% do projeto de gestão do MPPA para o biênio 2017-2019 foi executado ou está em fase de implantação.

Confira as atividades planejadas e o status de realização.

	Projeto	Implantação	Execução
Implantação do Núcleo Recursal do MPPA	✓		
Grupo de acompanhamento das ações de grande relevância institucional do MPPA	✓		
Readequar atividades dos CAOs	✓	✓	✓
Elaborar banco de peças e modelos	✓		
Designação de promotores de Justiça como auxiliares regionais dos CAOs e dos GTs	✓	✓	✓
Ampliação das estruturas regionais do Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar (Gati)	✓	✓	✓
Fortalecimento, apoio e ampliação dos atuais Grupos de Trabalho	✓	✓	✓
Criação de Promotorias de Justiça Regionais	✓		
Lotação regionalizada dos promotores de Justiça substitutos	✓	✓	✓
Criação de Comissões Temáticas no âmbito do Colégio de Procuradores de Justiça	✓	✓	✓
Implantação do Grupo de Atuação no Tribunal do Júri	✓	✓	✓
Implantação do grupo de atuação no enfrentamento dos crimes contra a ordem tributária	✓		
Reestruturação da Assessoria da PGJ	✓	✓	✓
Implementar mutirões	✓	✓	
Resgatar os Encontros Regionais e Estadual do MPPA	✓	✓	✓
Fortalecimento do Núcleo de Combate à Improbidade Administrativa e Corrupção	✓	✓	✓
Incremento do Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro	✓		
Fortalecer o Gaeco	✓	✓	✓
Criação do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira)	✓		

	Projeto	Implantação	Execução
Criação do setor de Inteligência Estratégica e Segurança Institucional do Ministério Público	✓	✓	✓
Consulta oficial à classe sobre movimentação na carreira	✓	✓	✓
Criação da Secretaria de Apoio às Promotorias Eleitorais	✓		
Reestruturação das diretorias de Departamentos do MPPA	✓	✓	✓
Criação da unidade administrativa de Comunicação Social do MPPA	✓		
Nomeação dos assessores das Promotorias de Justiça de 1ª entrância	✓	✓	✓
Aperfeiçoamento das atividades do Ceaf	✓	✓	✓
Implantação do orçamento regionalizado	✓	✓	✓
Elevação para categoria de 3ª entrância de Promotorias de Justiça	✓		
Preencher os cargos vagos de promotor de Justiça substituto	✓	✓	✓
Manutenção do pagamento da conversão em pecúnia	✓	✓	✓
Aperfeiçoar as rotinas administrativas	✓	✓	✓
Reformulação e simplificação dos critérios de elaboração dos planos de atuação	✓	✓	✓
Investimento na reestruturação e modernização das instalações físicas	✓	✓	✓
Retomada das discussões sobre a revisão da Lei Orgânica do MPPA	✓	✓	✓
Retomar discussões sobre o PCCR para valorização do servidor	✓	✓	
Implementar política de melhoria do ambiente organizacional	✓	✓	✓
Dinamizar o Fundo de Reaparelhamento do Ministério Público	✓	✓	✓
Criação do aplicativo mobile do MPPA	✓	✓	✓
Defesa da simetria de vencimentos com a Magistratura	✓	✓	
Simplificar, desburocratizar e agilizar a movimentação na carreira	✓	✓	✓
Aferição do quantitativo de produtividade por meio do Sistema Simp/MPPA	✓	✓	✓
Processo de aferição dos critérios objetivos de merecimento	✓	✓	✓
Resgate da atuação efetiva da PGJ na defesa da instituição, nos âmbitos local e nacional	✓	✓	✓

✓

 Concluído Em andamento

Momentos-chave da gestão

Confira alguns dos destaques da administração do MPPA ao longo do biênio 2017-2019



POSSE

Gilberto Martins é empossado no cargo de procurador-geral de Justiça, em Belém.



DIÁLOGO

Reunião do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, em Brasília, marca início das relações institucionais de Gilberto Martins fora do Estado.



REFORÇO

Início das nomeações de promotores de Justiça substitutos para atuar em municípios do interior paraense.



ATUAÇÃO

Procurador-geral vai a Redenção e Marabá acompanhar as investigações e apoiar a atuação de promotores de Justiça no caso da chacina de Pau D'Arco.



AGRÁRIO

Procurador-geral entrega instalações do Núcleo de Questões Agrárias e Fundiárias.



OBRAS

Gilberto Martins inaugura a nova sede do MPPA em Monte Alegre, dando início ao cronograma de entrega de obras no interior do Estado.



PACTO

Encontro em Brasília com a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, sela pacto do MPPA com o combate à corrupção e à improbidade administrativa.

2017

SIMPÓSIO

Um dia após tomar posse, Gilberto Martins preside Simpósio Internacional de Combate à Criminalidade Econômica. Foi o primeiro de vários eventos sobre o tema.



INÉDITO

Procurador-geral nomeia os primeiros assessores de 1ª entrância da história do MPPA.



SESSÃO

Dois fatos marcantes no dia 4 de maio: primeira vez que um promotor de Justiça empossado no cargo de procurador-geral de Justiça preside uma sessão do Colégio de Procuradores. Na mesma reunião as procuradoras Dulcelinda Lobato e Cândida Nascimento foram nomeadas subprocuradoras-gerais de Justiça. Nunca duas mulheres haviam ocupado simultaneamente as funções.



PARTICIPATIVO

Encontro com coordenadores de regiões administrativas do MPPA marca começo de trabalhos para formatação do orçamento colaborativo da instituição.



VISTORIA

Em viagem a municípios do interior, procurador-geral reúne com membros e servidores e vistoria andamento de obras em imóveis do MPPA.



ESTRATÉGICOS

Colégio de Procuradores de Justiça aprova as criações do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e do Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional.



Gilberto Martins foi o primeiro promotor de Justiça na história do MPPA a assumir a Procuradoria-Geral de Justiça, tendo tomado posse em 10 de abril de 2017

Os primeiros seis meses de trabalho foram de intensa atuação para implementar as atividades iniciais do projeto de gestão

O ano de 2018 foi marcado por vários avanços do MPPA na área administrativa e no relacionamento institucional



MOVIMENTAÇÃO

Procuradores de Justiça têm primeiras discussões sobre a revisão dos procedimentos de movimentação da carreira dos membros do MPPA nos concursos de remoção.



PROMOTORES

Sete novos promotores de Justiça são empossados para atuar como substitutos em municípios do interior do Pará.



CASA

Mais um município ganha uma nova sede do MPPA. Desta vez a inauguração é em Altamira.

2018

ENCCLA

Procurador-geral Gilberto Martins é indicado para representar o CNPG na ENCCLA (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro), instituição que atua no combate à corrupção.



PRESIDENTE

Gilberto Martins é eleito, por unanimidade, presidente do Grupo Nacional de Defesa do Patrimônio Público, ligado ao CNPG.



INVESTIGAÇÃO

Conselho Nacional de Justiça acata pedido de Gilberto Martins e determina que membro do MPPA não precisa mais da autorização do Tribunal de Justiça do Pará para investigar criminalmente autoridades com foro privilegiado.



REATIVAÇÃO

Reunião entre o procurador-geral de Justiça e membros do Colégio de Procuradores define providências para a reativação do fundo de aparelhamento do MPPA.



MELHORIAS

Procurador-geral assina novos contratos para locação de veículos e aquisição de mobiliários para aprimorar a estrutura e serviços do MPPA.



PRERROGATIVAS

Gilberto Martins defende, no Supremo Tribunal Federal, a autonomia orçamentária do Ministério Público, que é alvo de ações judiciais em tramitação no tribunal.

2019

MARAJÓ

Eventos em Breves e Soure mobilizam a sociedade para combater o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Foi a primeira vez em que um procurador-geral de Justiça esteve no Marajó para discutir o assunto.



RECONDUÇÃO

Após ser o mais votado na eleição interna para procurador-geral de Justiça, Gilberto Martins é nomeado pelo governador do Estado para permanecer no cargo no biênio 2019-2021.



PARCERIAS

Reuniões com o governador Helder Barbalho e com os novos secretários de Estado encaminham parcerias para aperfeiçoar a gestão pública em diversas áreas.



O diálogo constante com os Poderes e a parceria com outras instituições contribuiu para o fortalecimento da atuação do Ministério Público



Acervo digital

Qualquer cidadão pode acessar o rico acervo literário da biblioteca Artemis Leite da Silva, do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), para consultas. Já são quase 60 mil documentos disponíveis, entre livros, periódicos, monografias, normas técnicas e outras publicações. O interessado pode ainda acessar a Plataforma de Livros Digitais Fórum, cujo acervo foi ampliado em mais de 1.000

novos livros em julho de 2017. A plataforma reúne publicações de renomados autores nacionais e internacionais que abrangem estudos em diversas áreas do Direito. O usuário pode pesquisar os conteúdos de forma simultânea em todos os livros digitais presentes na plataforma. É possível salvar, copiar, enviar por e-mail ou imprimir trechos dos livros selecionados.

Transparência em alta

O MPPA e todas as unidades e ramos do Ministério Público brasileiro terminaram o ano de 2018 com índice superior a 95% na avaliação dos Portais da Transparência do MP. O órgão paraense cumpriu 99,69% das determinações da Lei de Acesso à Informação e de resoluções

do Conselho Nacional do Ministério Público que tratam de transparência na divulgação dos dados oficiais da instituição. O diagnóstico demonstra que o MPPA tem conquistado melhorias para alcançar uma gestão marcada pela transparência dos seus atos.

Agenda pública

Um dos primeiros atos de Gilberto Martins ao tomar posse no cargo de procurador-geral de Justiça, em abril de 2017, foi disponibilizar na internet a sua agenda diária de compromissos institucionais. Basta entrar no portal do MPPA (www.mppa.mp.br), a partir de telefones, tablets, computadores ou outro dispositivo com acesso à internet, para saber a agenda do chefe da instituição. A atitude é inédita na história do Ministério Público paraense. A iniciativa foi inspirada em boas práticas administrativas já consagradas em outros estados e países. Segundo Martins, o objetivo é dar transparência à atuação do MPPA, começando pelos atos do procurador-geral.



Reforço

O ano de 2019 já começou com previsão de incrementos na estrutura do MPPA. Até o início de março, o órgão já havia publicado ao menos dez editais de processos licitatórios para aquisições de bens ou serviços. Entre os pregões eletrônicos, tomadas de preços e concorrências, estão previstas as contratações de empresas de engenharia para reformar prédios da instituição no interior do Pará, empresas para elaborar projetos arquitetônicos de novos espaços de trabalho e fornecedor de aluguel de veículos para uso em municípios do interior paraense. Todas as licitações podem ser acessadas no portal do MPPA (www.mppa.mp.br).

Reaparelhamento

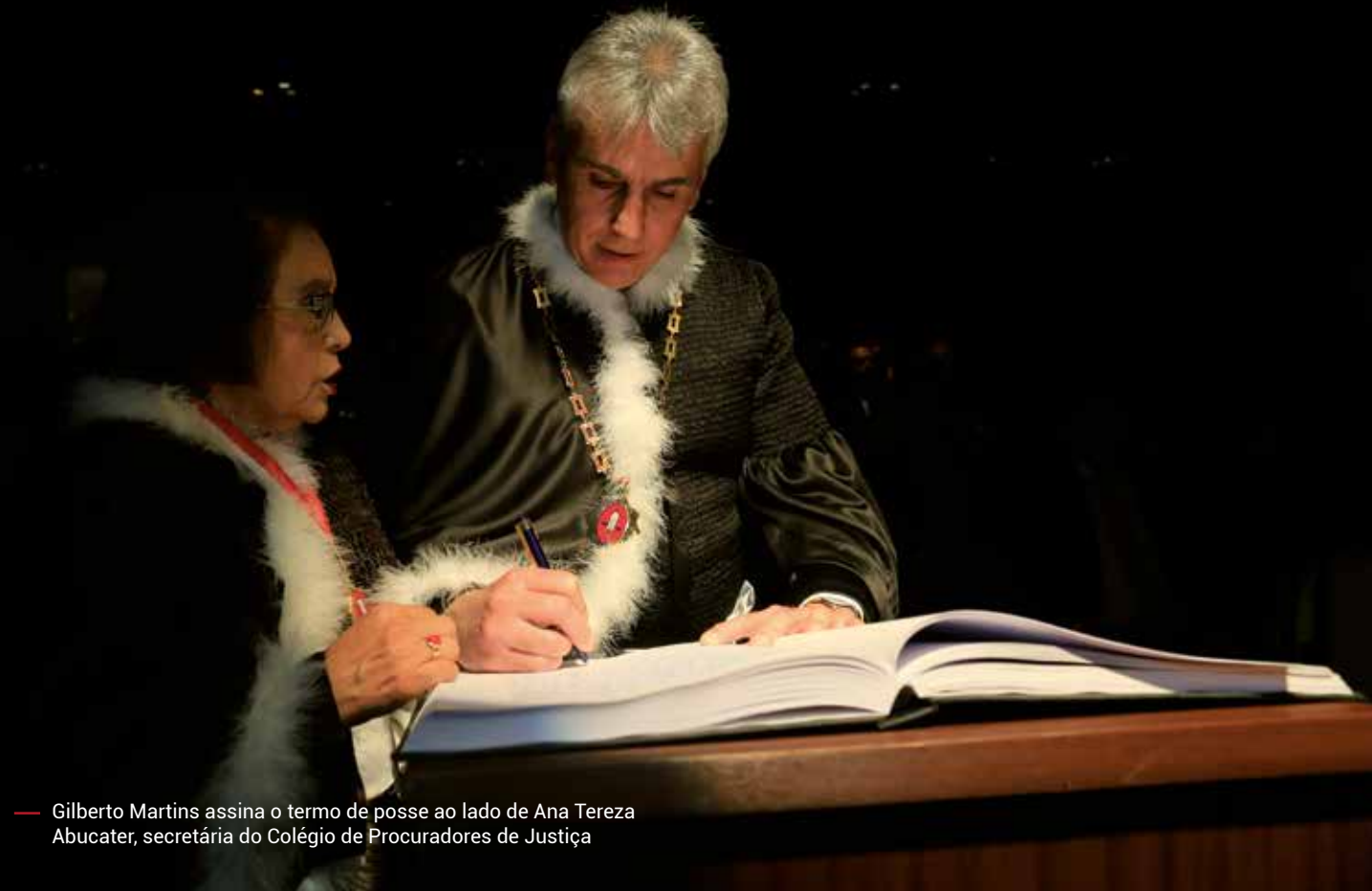
Uma das ações previstas pelo MPPA para 2019 é a elaboração de uma proposta de projeto de lei relativa ao Fundo de Reaparelhamento do Ministério Público, que reúne recursos para investimentos na estrutura do órgão. O procurador-geral de Justiça, Gilberto Martins, coordena a iniciativa.

Ele vai remeter a proposição ao Colégio de Procuradores de Justiça, que deverá analisar a questão e, se aprovar, encaminhar à Assembleia Legislativa do Estado. A proposta vai elencar novas fontes de captação de recursos externos para subsidiar os novos desafios institucionais.



Gespro

Um novo método de gestão administrativa de Promotorias de Justiça começou a ser implantando em 2018 no MPPA. Trata-se do Gespro, idealizado pelo Ministério Público de Santa Catarina e que se baseia em diretrizes consagradas para tornar o funcionamento das instituições mais eficaz. A iniciativa já recebeu premiação nacional. Duas Promotorias de Justiça instaladas em Belém iniciaram a implantação. A metodologia prega, entre outros comportamentos, o uso racional de materiais de expediente, padronização de procedimentos, organização do ambiente de trabalho e eliminação de situações de desconforto. Entre os principais objetivos estão a melhoria da produtividade e do ambiente de trabalho. A implantação do Gespro continua em 2019, sob coordenação do Centro de Apoio Operacional.



— Gilberto Martins assina o termo de posse ao lado de Ana Tereza Abucater, secretária do Colégio de Procuradores de Justiça



— Realizada no Hangar, em Belém, a solenidade de posse atraiu várias autoridades e servidores do MPPA: momento histórico

Primeiro promotor a chefiar o MPPA

O promotor militar Gilberto Valente Martins entrou para a história ao assumir a Procuradoria-Geral de Justiça em 2017

Se aproximavam das 21h do dia 10 de abril de 2017 quando o promotor de Justiça Gilberto Valente Martins se levantou da cadeira, dirigiu-se à tribuna solene, segurou a caneta e assinou o livro de registro de posses dos membros do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA).

Diante de um lotado auditório do Hangar Centro de Convenções da Amazônia, em Belém, ele assinou, ali, mais do que um nome: firmou uma marca para a história ao se tornar o primeiro promotor a assumir o cargo de procurador-geral de Justiça do Pará.

Nomeado em março de

2017 pelo então governador do Pará, Simão Jatene, Gilberto Martins, então com 55 anos, foi empossado na chefia do MPPA para exercer a função até abril de 2019. Até então, apenas procuradores de Justiça haviam ocupado o cargo máximo da instituição. Martins se tornou o 10º procurador-

geral de Justiça do Pará.

Os promotores de Justiça do Pará ficaram aptos a concorrer ao cargo de procurador-geral de Justiça após a sanção, em dezembro de 2014, da Lei Complementar Estadual nº 097/2014, que alterou o artigo 10 da Lei Orgânica do Ministério Público. Antes da posse, Gilberto Martins já acumulava uma sólida carreira no Ministério Público. Graduado em Direito pela Universidade Federal do Pará e mestre em Direito pela Universidade de Coimbra, de Portugal) ingressou no quadro do MPPA após aprovação em

concurso público em 1990 e atuou por vários anos na Promotoria de Justiça Militar. No MPPA exerceu funções de assessoria ao procurador-geral de Justiça, coordenador do Grupo Especial de Prevenção e Repressão às Organizações Criminosas (Geproc) e integrante do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas.

Em dezembro de 2018, Gilberto Martins foi nomeado pela segunda vez pelo governador do Pará para ser o procurador-geral de Justiça, com mandato para o período entre 2019 e 2021. ■

Antes do término do primeiro mandato, Gilberto Martins foi nomeado, em dezembro de 2018, para cumprir novo período como procurador-geral de Justiça, desta vez até abril de 2021

Blitz contra a corrupção

MPPA aprimora técnicas de trabalho e reforça a estrutura para combater crimes que envolvem desvios de recursos públicos



— Gilberto Martins participa, em Curitiba, do workshop sobre a experiência da Lava Jato: presença constante em reuniões sobre combate à corrupção

Dia 11 de abril de 2017. Às 9h20, em um auditório lotado no edifício-sede do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), em Belém, o procurador-geral do Justiça do Pará, Gilberto Valente Martins, abre o Simpósio Internacional de Combate à Criminalidade Econômica. Diante de uma plateia formada por especialistas no assunto, ele discursa sobre os desafios de enfrentar os ataques de quadrilhas aos cofres públicos no estado. Até

aí, nada demais. O que chama a atenção é que o discurso aconteceu num evento organizado por Martins poucas horas após ele ter tomado posse no cargo de chefe do Ministério Público paraense. Ele não reservou muito tempo para celebrar a posse. A partir deste evento, o combate à corrupção se converteu na bandeira de Gilberto Martins e do MPPA.

Entre 2017 e 2019, o MPPA atuou firmemente na fiscalização da aplicação de

Uma das providências foi compor a Operação Perfuga e designar uma equipe exclusiva para investigar crimes contra o patrimônio público na região Baixo Amazonas



— Procuradores-gerais de Justiça do Pará e de São Paulo: parceria institucional para fortalecer o enfrentamento a organizações criminosas

verbas públicas, especialmente em áreas básicas, como saúde e educação. A Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) investiu tempo e recursos para estruturar cada vez mais a instituição para combater a corrupção. Muitas das investigações e procedimentos do órgão foram conduzidos diretamente pelo procurador-geral Gilberto Martins e sua equipe.

"A corrupção é o maior mal da sociedade brasileira moderna. É o mal que fragiliza os serviços de saúde, a educação, a segurança pública, que reduz as oportunidades das crianças e dos adolescentes", disse Gilberto Martins na abertura do simpósio internacional. "Acredito que combatendo a corrupção nós conseguiremos

ver reflexos diretos em melhorias na qualidade de vida da sociedade", completou.

Para atuar no combate à corrupção, a PGJ firmou convênios com os tribunais de contas do Estado e dos municípios, além de parcerias com as redes de controle da gestão pública e órgãos de inteligência, que resultaram em diversos procedimentos de enfrentamento à improbidade administrativa e ações penais através de denúncias contra agentes políticos, como vereadores, secretários e outros que estão respondendo por suas condutas perante o Tribunal de Justiça.

O MPPA investiu na capacitação de membros e servidores a fim de aperfeiçoar

o trabalho de identificação de fraudes ou qualquer desvio de recursos públicos, buscando, de forma permanente, a responsabilização dessas autoridades. Além disso, ampliou as frentes de trabalho na área do combate à corrupção. Um exemplo ocorreu em 2017, quando Gilberto Martins propôs a criação do Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público com o propósito de disponibilizar estrutura e melhores condições de trabalho para subsidiar investigações relacionadas à corrupção, não apenas de prefeituras, mas de qualquer agente público nas esferas estadual e municipal. A proposta foi aprovada por unanimidade pelo Colégio de Procuradores de Justiça.

Outra medida foi a instalação, em 2018, da Operação Perfuga, que consistiu na formação de uma equipe específica de promotores de Justiça e servidores para atuar, a partir de Santarém, em ações para responsabilizar autores de mau uso de recursos públicos. A equipe tem dedicação exclusiva para apurar suspeitas de crimes cometidos na região do Baixo Amazonas e tomar providências para punir os responsáveis. A Operação Perfuga tem apresentado resultados sólidos desde então.

Gilberto Martins também esteve presente em

discussões nacionais sobre o combate à corrupção, como as reuniões do Fórum Nacional de Combate à Corrupção (FNCC), vinculado ao Conselho Nacional do Ministério Público, que debateram a construção de iniciativas de prevenção e repressão da corrupção no âmbito do Ministério Público brasileiro. O procurador-geral de Justiça participou do workshop, realizado em Curitiba, que compartilhou experiências sobre o trabalho da força-farefa da

Lava Jato no combate à corrupção.

O foco no tema foi reforçado em 2018, quando o procurador-geral Gilberto Martins passou a integrar a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Encla), que é a principal rede de articulação para o arranjo e discussões conjuntas entre os órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário das esferas federal e estadual e, em alguns casos, municipal, bem

como do Ministério Público de diferentes esferas. O chefe do MPPA foi indicado ao cargo de forma unânime por votação dos membros do Conselho Nacional de Procuradores-Generais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE).

A articulação institucional também resultou na adoção, pelo MPPA, de novas técnicas para identificar desvios de recursos públicos e outros crimes financeiros. Parte do conhecimento foi transferido

pelo Ministério Público do Estado de São Paulo. Em julho de 2018, os Ministérios Públicos paraense e paulista anunciaram parceria para atuar em investigações relacionadas a assuntos econômicos. O acordo firmado na capital paulista entre Gilberto Martins e o

procurador-geral de Justiça de São Paulo, Gianpaolo Smanio, inclui o apoio do laboratório de tecnologia de combate à lavagem de dinheiro (LAB-LD) da instituição paulista às diligências conduzidas pelo MPPA.

As iniciativas permitiram significativa melhoria no com-

bate à corrupção, com como apoio técnico operacional aos órgãos de execução, sobretudo em municípios do interior do Pará. Foram deflagradas operações que resultaram na abertura de procedimentos investigatórios e também em ações judiciais. ■

Atenção ao patrimônio público

Sintonizado com o momento nacional vivenciado pelo Ministério Público na missão constitucional pela probidade na administração pública, o MPPA reforçou as atividades institucionais de combate à corrupção com a criação do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público, em novembro de 2017, depois que os membros do Colégio de Procuradores de Justiça aprovaram, por unanimidade de votos, o projeto de resolução que cria o órgão auxiliar. Até então, a instituição não possuía um órgão para subsidiar a atuação das promotorias de Justiça de Belém e do interior que atuam na área da moralidade administrativa

O novo CAO funciona como órgão auxiliar da administração do MPPA apoiando procuradores e promotores de Justiça em casos que envolvam o patrimônio público, improbidade administrativa e crimes contra a administração pública. Um dos papéis do CAO é coletar dados e



— Promotor de Justiça Alexandre Couto, coordenador do CAO do Patrimônio Público

informações e trocar experiências com os órgãos de execução. O promotor de Justiça Alexandre Couto, que acumula ampla experiência em ações na área da defesa da moralidade administrativa, foi o escolhido, pelo procurador-geral de Justiça Gilberto Martins, para coordenar o CAO do Patrimônio Público.

Conhecimento em dia

Para nivelar conhecimentos e aumentar a efetividade das ações de combate à corrupção, o MPPA promoveu cursos de capacitação para procuradores e promotores de Justiça e para servidores do órgão. Confira algumas oportunidades de qualificação ofertadas.



SEMINÁRIO "O MINISTÉRIO PÚBLICO E O COMBATE À CORRUPÇÃO"

DEZEMBRO 2017

Membros e servidores do MPPA, além de representantes do Ministério Público Federal, Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público da Bahia e Ministério Público de Contas trocaram experiências sobre a necessidade de unidade institucional no enfrentamento à corrupção.



CURSO "DETECÇÃO E PREVENÇÃO DE FRAUDES EM LICITAÇÕES"

MARÇO 2018

O auditor da Controladoria-Geral da União Franklin Brasil, que acumula vasta experiência em processos contábeis e de controladoria, ministrou o curso, que reuniu procuradores e promotores de Justiça e servidores do MPPA que atuam em Belém e no interior do estado.



CAPACITAÇÃO NO COMBATE À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE DINHEIRO

MARÇO 2018

Representantes do MPPA, magistrados, delegados, agentes de segurança pública e de outras instituições discutiram as estruturas atuais de identificação e de investigação do crime organizado e da lavagem de dinheiro e combate à corrupção. Curso reuniu mais de 200 pessoas.



Ricardo Lima/TJPA

Sim, cabe **recurso**

Procuradoria-Geral de Justiça atua como órgão de execução, com direito a demandas aos tribunais superiores, e aumenta resolutividade do MPPA

— Procurador-geral Gilberto Martins se manifesta em sessão plenária do Tribunal de Justiça do Estado do Pará: mais do que representação institucional

Desde maio de 2018, membros do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) não precisam mais de autorização judicial para abrir investigação sobre autoridades locais com foro privilegiado. O entendimento é do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em ato favorável ao Ministério Público, confirmando decisões no mesmo sentido do Supremo Tribunal Federal. A decisão foi tomada após análise de um procedimento encaminhado ao Conselho pelo procura-

dor-geral de Justiça do Pará, Gilberto Martins, que pediu exclusão de trecho do regimento interno do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) em que é exigido, mesmo sem força de lei, que os desembargadores autorizem o MPPA a investigar agentes públicos com prerrogativa de foro na esfera estadual — juízes, prefeitos e deputados, por exemplo.

Acionar o CNJ sobre a investigação de autoridades foi apenas um dos atos de Gilberto Martins na condição de

A Procuradoria-Geral de Justiça acionou o CNJ para defender prerrogativas do Ministério Público em investigações envolvendo autoridades com foro privilegiado

órgão de execução para defender as prerrogativas do MPPA e estimular a resolutividade da atuação ministerial. Além das atribuições de natureza administrativa, nos últimos dois anos o procurador-geral de Justiça atuou como órgão de execução em todas as demandas que lhe foram conferidas, agindo em diferentes esferas e instâncias do sistema de Justiça.

No caso da decisão do CNJ, um dos efeitos diretos da medida foi o ganho em celeridade nos procedimentos instaurados pelo MPPA que investigam suspeitas de crimes cometidos por prefeitos, deputados e outras pessoas com prerrogativa de foro, incluindo magistrados.

Um dos principais destaques da atuação do procurador-geral como órgão de execução foram as centenas de procedimentos investigatórios criminais (PIC) instaurados. Até o início de 2019, a quantidade de PICs já se aproximava de 200, somando os procedimentos que tiveram a atuação direta da Procuradoria-Geral de Justiça e aqueles em que Gilberto Martins delegou a atuação para outro membro do MPPA. Este instrumento sumário e desburocratizado de natureza administrativa e inquisitorial objetiva apurar infrações penais de natureza pública. Foram apuradas ocorrências de diversas infrações penais, o que serviu de base para a proposição ou não ações penais. Ressaltando-se que foram tomadas todas as medidas necessárias, resguardando, contudo, os direitos das vítimas, tanto materiais quanto processuais, agindo na preservação de seus direitos, intimidade, vida privada, honra e imagem, conforme os preceitos estabelecidos em lei.

A Procuradoria-Geral de Justiça também representou ao TJPA por inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais e municipais. Em 2018, por exemplo, Gilberto Martins protocolou nada menos que 18 ações diretas de inconstitucionalidade no TJPA para tornar sem efeitos atos de gesto-

Em números: a PGJ como **órgão de execução**

162

Procedimentos investigatórios criminais (PIC)

60

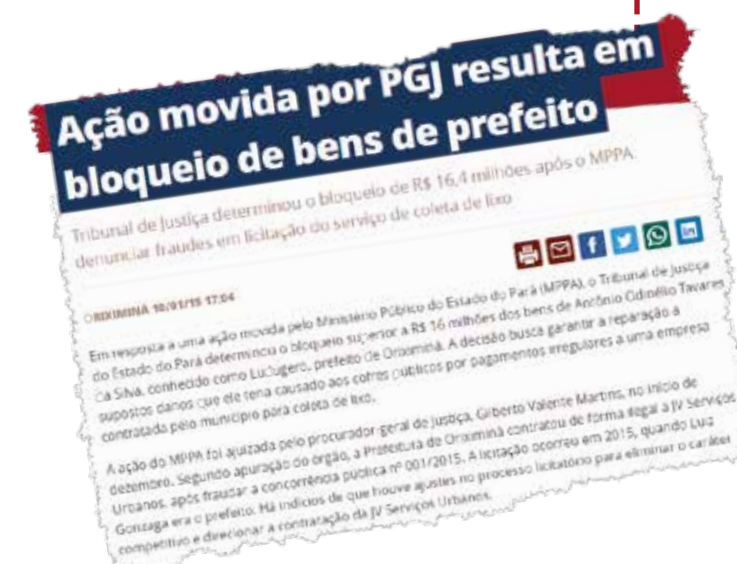
Ações diretas de inconstitucionalidade

49

Ações penais ou investigações

11

Recursos a Tribunais Superiores



res municipais que nomearam servidores comissionados para atividades na esfera jurídica municipal que demandam profissionais aprovados em concurso público. Ao todo, Martins contestou leis aprovadas em Altamira, Benevides, Castanhal, Colares, Curuçá, Gurupá, Ipixuna, Juruti. Monte Alegre, Oriximiná, Ourilândia do Norte, Santa Luzia do Pará, Santarém, São Geraldo do Araguaia, Sapucaia, Tailândia, Tomé-Açu e Xinguara. As prefeituras e câmaras municipais de cada cidade foram requeridas nas contestações

do MPPA.

Gilberto Martins atuou ainda no oferecimento de denúncia ou propositura de ação civil pública nas hipóteses de não confirmação de arquivamento de inquérito policial ou civil, bem como quaisquer peças de informações sendo devidamente observada a lei complementar estadual. Uma das ações movidas pelo procurador-geral resultou em bloqueio superior a R\$ 16 milhões dos bens de Antônio Odínio Tavares da Silva, conhecido como Ludugero, prefeito de Oriximiná. Segundo apuração

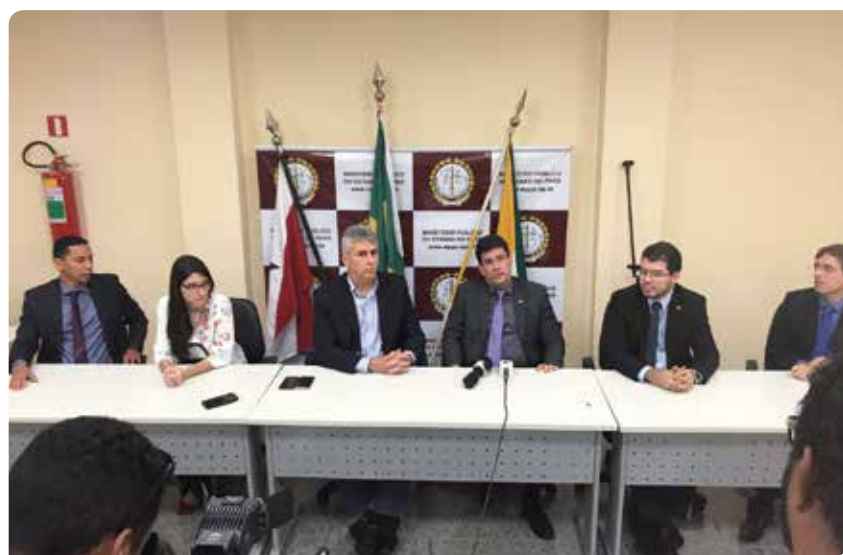
do MPPA, a Prefeitura de Oriximiná fraudou uma licitação e contratou de forma ilegal uma empresa para coleta de lixo.

Para o desempenho de suas atribuições na esfera judicial o procurador-geral de Justiça conta com o auxílio de uma equipe formada por membros e servidores, que assessoram a rotina administrativa e oferecem suporte na emissão de despachos, manifestações em processos administrativos e judiciais, ofícios e memorandos, dentre outras atividades institucionais.

Atividade recursal é realidade

O apoio da PGJ à atividade recursal já é uma realidade. Em casos de grande relevância institucional, a Procuradoria-Geral de Justiça vem acompanhando de perto a tramitação de recursos apresentados pelos membros do MPPA ao TJPA, bem como perante os Tribunais Superiores. Nos últimos dois anos, a instituição obteve várias decisões favoráveis no Pará e em Brasília em parceria com os órgãos de execução em casos complexos e de grande repercussão.

Durante a gestão houve a interposição de diversos recursos em razão da concessão de habeas corpus pelo TJPA em casos de flagrante



— Coletiva de imprensa em Redenção sobre o caso da chacina em Pau D'Arco: atuação conjunta com os promotores de Justiça

violação à lei federal e à jurisprudência, tais como o assassinato da família Buchinger, em Altamira, da advogada envolvida em milícia privada

(Tucuruí), da suspensão de atividade profissional de advogada envolvida em caso de corrupção passiva (Oriximiná), do acidente marítimo com



— Gilberto Martins em Pau D'Arco: procurador-geral acompanhou o trabalho dos peritos na fazenda onde trabalhadores foram assassinados durante operação policial

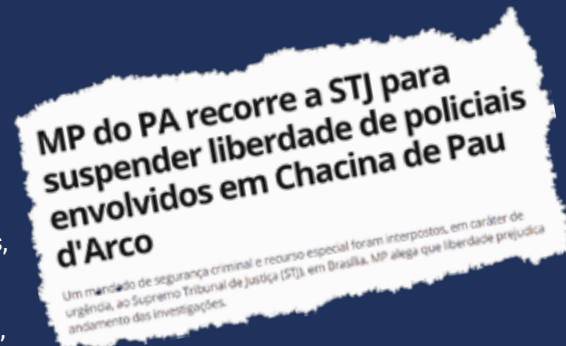
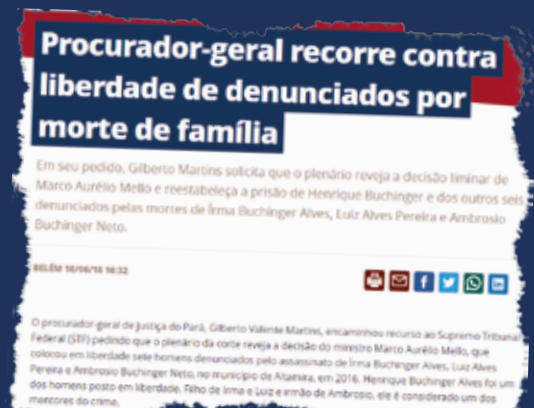
naufração e várias mortes (Óbidos), da fraude em licitação efetivada em Câmara Municipal detectada pela "Operação Perfuga" (Santarém), da liberação de réu envolvido em assalto de grande porte contra empresa de segurança de valores (Marabá), apenas para citar alguns exemplos. Com a proposição dos recursos, o MPPA obteve resultados mais céleres e efetivos nessas ações.

Para fortalecer esta atuação, Gilberto Martins já elaborou proposta para a criação de um núcleo recursal na instituição. A proposta de resolução para instalação da coordenadoria recursal e de acompanhamento das ações de grande relevância institucional do MPPA já está tramitando no Colégio de Procuradores de Justiça, aguardando apenas pauta para discussão e deliberação. ■

Recursos judiciais

A Procuradoria-Geral de Justiça apresentou recursos para rever decisões judiciais em casos de grande repercussão. Na maioria deles, as demandas feitas por Gilberto Martins tiveram êxito. Relembre alguns destes casos:

- Assassinato da família Buchinger, em Altamira
- Advogada envolvida em milícia privada, em Tucuruí
- Suspensão de atividade profissional de advogada envolvida em caso de corrupção passiva, em Oriximiná
- Acidente marítimo com naufrágio e várias mortes, em Óbidos
- Fraude em licitação efetivada em Câmara Municipal detectada pela Operação Perfuga, em Santarém
- Liberação de réu envolvido em assalto de grande porte contra empresa de segurança de valores, em Marabá
- Chacina na fazenda Santa Lúcia, em Pau D'Arco



Novos membros e uma filosofia moderna

Dezoito promotores de Justiça foram empossados nos últimos anos e já se adequaram ao método administrativo de lotação regionalizada



— Procurador-geral Gilberto Martins e os novos promotores de Justiça: Odélio Garcia, Cynthia Cordeiro, Aline Cunha, Juliana Coutinho, Paloma Sakalem, Juliana Freitas dos Reis e Rodrigo Vasconcelos tomaram posse em 2018

A lotação regionalizada confere maior estabilidade para o promotor exercer as suas funções, além de dar mais eficiência à atuação do MPPA

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) enfrenta há anos um desafio administrativo: se fazer presente nos 1.248.000 km² da área territorial do Pará e atender as demandas sociais nas diferentes regiões paraenses, algumas delas onde o acesso só é viável por meio de barcos

ou por estradas irregulares. Em um estado de dimensões continentais e em tempos de restrições orçamentárias, a Administração Superior da instituição tem investido em agilidade, criatividade e inovações gerenciais para prestar os serviços ministeriais, sobretudo no interior do estado.

Uma das frentes de trabalho adotada nos últimos dois anos pelo procurador-geral de Justiça, Gilberto Martins, foi o provisionamento de recursos para nomear promotores de Justiça substitutos de 1ª entrância, que são aqueles membros do MPPA que ingressam na instituição para atuar inicialmente em municípios do interior do estado com menor densidade populacional.

Entre 2017 e 2019, a equipe ministerial foi reforçada com a posse de 18 bacharéis em Direito aprovados em concurso público para o cargo de promotores de Justiça.

De acordo com a disponibilidade orçamentária do órgão, Gilberto Martins nomeou os novos membros do MPPA e os distribuiu pelas diferentes regiões do estado, em especial o Marajó e o Baixo Amazonas, que apresentam grandes carências estruturais. Ao todo, 39 municípios paraenses do interior foram beneficiados com a chegada dos promotores.

Os promotores de Justiça empossados por Gilberto Martins já experimentaram uma novidade: desde 2017, os novos membros do MPPA foram lotados em regiões administrativas onde atuarão

de forma estável no início da carreira. Isso significa que um promotor lotado inicialmente em Afuá, na região do Marajó, por exemplo, passará os primeiros anos da carreira naquela faixa do estado. Quando sair de Afuá, ele irá para um município vizinho, até que progrida na carreira e possa sair para outra região. Anteriormente, este promotor poderia sair de Afuá e ir para Jacareacanga, no extremo sudoeste paraense.

“Desta forma o promotor de Justiça em início de carreira tem maior estabilidade para o exercício de suas funções.

Bem-vindos ao MPPA

Sob presidência de Gilberto Martins, o Colégio de Procuradores de Justiça organizou, entre 2017 e 2018, quatro sessões solenes para dar posse a promotores de Justiça substitutos de primeira entrância. Veja quem ingressou na carreira do MPPA.



18 DE MAIO DE 2017

Tomaram posse John Luke Carr, Ducival Carvalho Junior, Olivia Roberta Nogueira, Gerson Alberto de Franca, Leonardo Jorge Caldas e Bruno Alves Câmara.



29 DE JUNHO DE 2017

Foram empossados Mário Cesar Nabantino Arrais Braúna, Thaís Rodrigues Cruz Tomaz, Alexandre Azevedo de Mattos Moura Costa e Osvaldino Lima de Sousa.



16 DE AGOSTO DE 2018

Bacharel em Direito, Calos Fernando Cruz da Silva, de 28 anos, tomou posse no cargo de promotor de Justiça substituto de 1ª entrância.

Como cada região do Pará tem culturas e dinâmicas distintas, mudanças drásticas entre as regiões podem comprometer a adaptação e o trabalho do promotor. Essa medida também assegura maior eficiência do Ministério Público", explica o procurador-geral Gilberto Martins.

Considerando que a movimentação na carreira dos membros do MPPA tem sido intensa e célere nos últimos anos, os promotores de Justiça empossados desde 2017 ten-

dem a se deslocar para outros municípios de forma breve. Desde 2017 foram aposentados 14 membros e seis membros foram exonerados. Três cargos de 2ª entrância foram preenchidos por promotores de Justiça titulares de 1ª entrância, em virtude da elevação para 2ª entrância das Promotorias de Justiça de Canaã dos Carajás e Novo Progresso.

Além de adotar a lotação regionalizada de promotores de Justiça, o procurador-geral Gilberto Martins apoiou a revisão

da distribuição de cargos dos membros. Algumas comarcas tinham quantidade desequilibradas de promotores criminais e cíveis, por exemplo.

A maioria das propostas encaminhadas por coordenadores de promotores à Procuradoria-Geral ou ao Colégio de Procuradores teve o suporte de Gilberto Martins. Entre os resultados, de abril de 2017 a dezembro de 2018 houve a distribuição de quatro cargos nos municípios de Santa Izabel do Pará, Itaituba, Almeirim e Belém.

Presentes no interior



— Promotor Carlos Fernando Cruz participa de reunião em São Félix do Xingu: novos membros para dinamizar atuação do MPPA

Veja os municípios atendidos com a chegada dos novos promotores de Justiça, considerando a lotação inicial e posterior movimentações

- | | | | |
|----------------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|
| • Afuá | • Eldorado do Carajás | • Novo Progresso | • Santarém Novo |
| • Almeirim (Monte Dourado) | • Goianésia do Pará | • Ourilândia do Norte | • São Félix do Xingu |
| • Altamira | • Gurupá | • Pacajá | • Senador José Porfírio |
| • Anajás | • Igarapé-Miri | • Parauapebas | • Tailândia |
| • Anapu | • Ipixuna | • Portel | • Terra Santa |
| • Augusto Corrêa | • Itaituba | • Porto de Moz | • Tucumã |
| • Aveiro | • Jacareacanga | • Primavera | • Ulianópolis |
| • Barcarena | • Marabá | • Redenção | • Viseu |
| • Breves | • Medicilândia | • Rondon do Pará | • Xinguara |
| • Chaves | • Muana | • Santana do Araguaia | |

Assessores fortalecem atuação



— Solenidade de posse de assessores para atuação em promotorias do interior do Pará: 83 novos servidores para impulsionar o MPPA

As Promotorias de Justiça de 1ª e 2ª entrâncias, instaladas em municípios do interior de menor densidade populacional e mais distantes de Belém, receberam reforço para o desempenho de suas atividades. O procurador-geral de Justiça, Gilberto Valente Martins, cumpriu um dos compromissos do seu plano de gestão e, entre 2017 e 2018, deu posse a 49 assessores de 1ª entrância e 34 de 2ª entrância, somando um total de 83 assessores para auxiliar diretamente os promotores de Justiça com atuação nas cidades do interior.

Os assessores, que são bacharéis em Direito e prestam assessoria direta aos promotores de Justiça em sua área de conhecimento, eram uma demanda histórica dos membros do Ministério Público, decorrente do avanço das atividades da instituição,

da crescente demanda pela atuação do MPPA e do crescimento populacional. A chegada dos assessores conferiu maior agilidade aos trabalhos das promotorias e colaborou para aumentar a eficiência do Ministério Público no interior.

O plano de gestão de Gilberto Martins também contemplou o fortalecimento das promotorias instaladas em Belém. O projeto de lei criando os cargos de assessores das Promotorias de Justiça de 3ª entrância entrou, em 2018, em tramitação no Colégio de Procuradores de Justiça e, com perspectivas de ser apreciado pela Assembleia Legislativa do Pará em 2019.

A proposta de Gilberto Martins é dar continuidade à criação dos cargos de assessor das Promotorias de Justiça da capital, conforme disponibilidade orçamentária e financeira do MPPA. ■

Municípios atendidos com assessores

Ao todo, 44 cidades do interior paraense foram beneficiadas com a chegada dos assessores das Promotorias de Justiça

- Almeirim
- Anajás
- Anapu
- Aurora do Pará
- Bagre
- Bonito
- Breu Branco
- Bujaru
- Canaã dos Carajás
- Capitão Poço
- Chaves
- Concórdia do Pará
- Curionópolis
- Curralinho
- Dom Eliseu
- Garrafão do Norte
- Gurupá
- Jacundá
- Juruti
- Limoeiro do Ajuru
- Magalhães Barata
- Medicilândia
- Mocajuba
- Novo Progresso
- Novo Repartimento
- Oeiras do Pará
- Ourém
- Ourilândia do Norte
- Peixe-Boi
- Portel
- Prainha
- Rurópolis
- Santa Bárbara do Pará
- Santa Maria do Pará
- Santana do Araguaia
- Santarém Novo
- Santo Antônio do Tauá
- São Domingos do Araguaia
- São Domingos do Capim
- São Félix do Xingu
- São Francisco do Pará
- São Sebastião da Boa Vista
- Terra Santa
- Uruará

Obras em **todo o Pará**

Com investimentos maciços em infraestrutura, MPPA inaugura casas novas em seis municípios do interior



— Inauguração das novas instalações da Promotoria de Justiça de Castanhal: entrega da obra gerou integração de membros e servidores do MPPA e o aumento da produtividade

Com o objetivo de melhorar as condições de atendimento à sociedade e a estrutura de trabalho de membros e servidores do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), a Administração Superior aprovou, entre 2017 e 2019, orçamento específico para a realização de investimentos em obras de construção e ampliação de Promotorias de Justiça e reformas de imóveis próprios. Nestes dois anos, seis sedes próprias foram inauguradas. E o ano de 2019

já começou com outras seis obras em andamento e 14 em fase de licitação.

A maior parte dos recursos foi destinada ao interior. O procurador-geral de Justiça, Gilberto Martins, entregou obras em Monte Alegre, Ananindeua, Alenquer, Castanhal, Altamira e Maracanã. Estes municípios passaram a contar com imóveis modernos, adequados às melhores normas e práticas de sustentabilidade, acessibilidade e conforto para quem trabalha

Em dois anos, seis sedes próprias foram inauguradas. E o ano de 2019 começou com outras seis obras em andamento e quatorze em fase de licitação.

no local e para quem busca atendimento nas respectivas Promotorias de Justiça.

Outras obras estão em andamento, como a construção das novas sedes de Altamira, Parauapebas e Conceição do Araguaia, a reforma dos prédios principais de Ananindeua e Castanhal, todos com previsão de entrega ainda em 2019. Embora a priorização tenha sido para o interior, Belém também recebeu investimentos: a Ouvidoria ganhou, em 2019, instalações novas, em um imóvel anexo ao edifício-sede do MPPA, adequado para atender o público.

Já em Breves, Mosqueiro, Itaituba e Santa Isabel, o MPPA aguarda a conclusão de processos de desapropriação de imóveis para a construção de novas sedes para as Promotorias de Justiça locais.

O orçamento do MPPA para 2019 contempla a destinação de R\$ 16,1 milhões para investimentos. Neste valor estão previstos, por exemplo, projetos para construção de novas sedes da instituição em Canaã dos Carajás, Tucuruí, Breves, Itaituba, Benevides, Abaetetuba, Barcarena e Belém. Também estão estimados R\$ 2,5 milhões para reformas em imóveis já existentes, de modo a adequar a estrutura do órgão às atuais necessidades dos cidadãos que demandam o Ministério Público. ■

Boas práticas **nas construções**

As recentes obras realizadas pelo MPPA privilegiam a acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, o uso sustentável de recursos naturais e espaços adequados para o atendimento ao público.

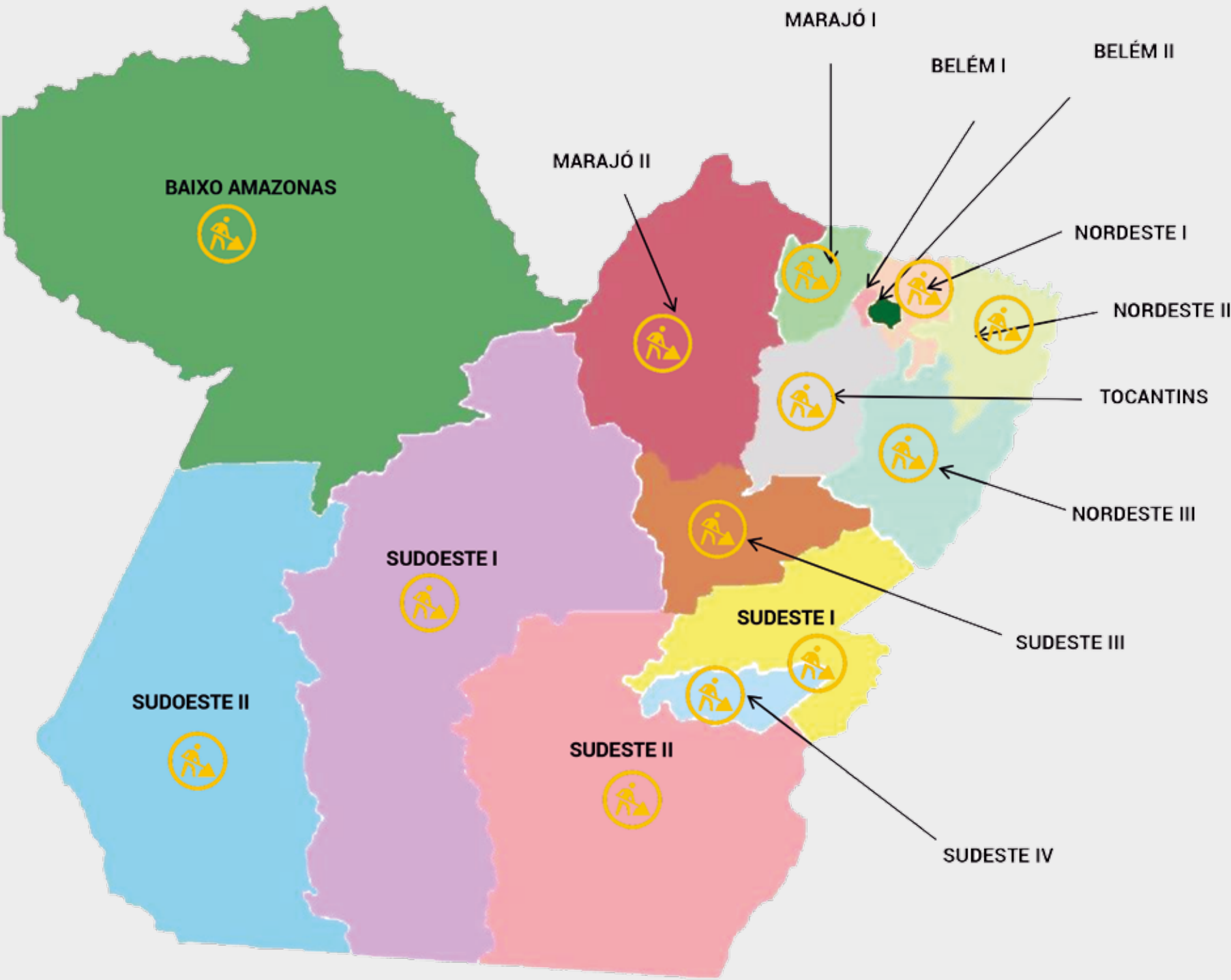


ANANINDEUA

Obra construída do zero. O prédio anexo da Promotoria de Justiça de Ananindeua foi inaugurado no dia 7 de agosto de 2018. Foi ampliado e possui novos espaços, que irão melhorar ainda mais o atendimento aos cidadãos que buscam apoio junto à instituição. O imóvel possui quase 900m² de área útil e estrutura confortável e acessível para o atendimento aos cidadãos. Tem dois pavimentos, nove gabinetes e está localizado na lateral do edifício central. Abriga os promotores de Justiça e servidores que atuam nas áreas criminal e da infância e juventude. Foi construído em razão do aumento significativo de demandas à Promotoria de Justiça de Ananindeua, o que resultou na necessidade de reforçar o quadro de pessoal e a estrutura do órgão. Logo após a entrega do anexo, o Departamento de Obras e Manutenção já iniciou a reforma do prédio principal da promotoria.

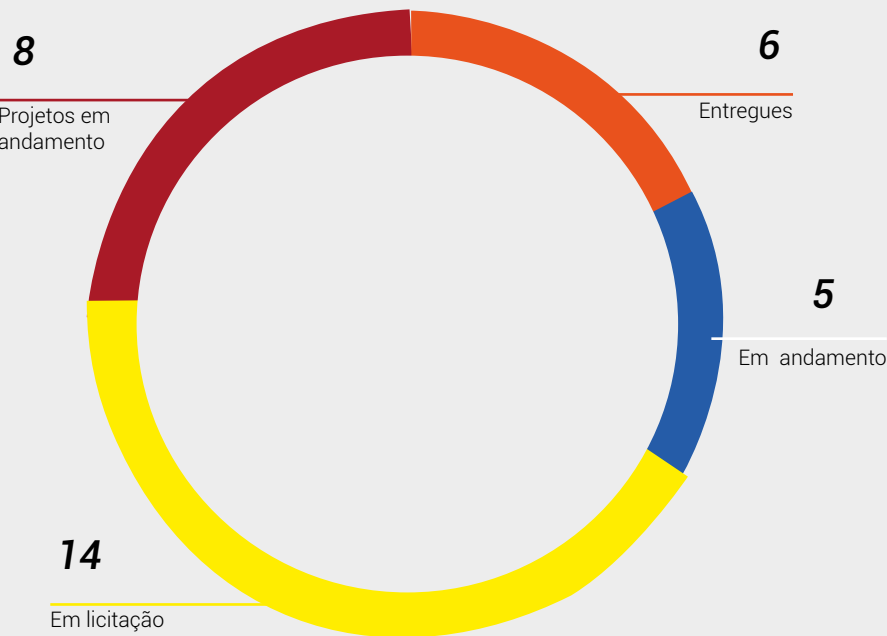
Raio-x das obras

O MPPA destacou recursos, nos últimos dois anos, para investimentos na ampliação da estrutura do órgão em diversas regiões do estado. Além de inaugurar sedes próprias, colocou em andamento reformas e projetos. Confira as iniciativas realizadas:



Status

Confira o balanço das empreitadas realizadas nos últimos dois anos para aprimorar a infraestrutura do MPPA



Obras concluídas

- Monte Alegre (2017)
- Maracanã (2018)
- Ananindeua (2018)
- Castanhal (2018)
- Alenquer (2018)
- Altamira (2018)

Obras em andamento

- Altamira (nova sede)
- Ananindeua (reforma do edifício-sede)
- Belém (sede da Ouvidoria)
- Castanhal (reforma do edifício-sede)
- Conceição do Araguaia (nova sede)
- Parauapebas (nova sede)

Reformas em licitação

- Acará
- Cametá
- Jacundá
- Mãe do Rio

- Marabá
- Oriximiná
- Ponta de Pedras
- Prainha
- Rondon do Pará
- São Domingos do Capim
- São Francisco do Pará
- Tucumã
- Vigia
- Xinguara

Obras com projeto em andamento

- Moju
- Barcarena
- Canaã dos Carajás
- São Felix do Xingu
- Abaetetuba
- Tucuruí
- Benevides
- Tomé-Açu



CASTANHAL

Outra obra construída do zero. A entrega do prédio anexo à sede da Promotoria de Justiça de Castanhal aconteceu no dia 23 de outubro de 2018. O prédio possui dois pavimentos distribuídos numa área de 834m² e estrutura adaptada às normas de acessibilidade. Conta com cinco gabinetes, sala de reunião, salas para psicólogo e assistente social, sala multiuso, auditório, arquivo, copa, painéis para captação e reaproveitamento de energia solar e banheiros acessíveis. A inauguração do prédio anexo permitiu a integração dos profissionais e o aumento da produtividade de promotores de Justiça e de servidores. A administração também conseguiu, junto ao governo do Estado, a desapropriação de um imóvel a fim de expandir as instalações do MPPA no município.



MARACANÃ

No dia 17 de setembro de 2018 a Procuradoria-Geral de Justiça realizou a entrega da nova sede da Promotoria de Justiça de Maracanã. Com 130m² de área útil, o imóvel é dez vezes maior que a antiga promotoria local, que funcionava em uma pequena sala, de 12m², instalada no Fórum da cidade. A nova sede de Maracanã foi instalada no imóvel onde funcionou, por décadas, a residência oficial do MPPA na cidade. O imóvel foi totalmente reformado para se tornar a nova casa da instituição. O espaço possui estrutura adequada e acessível para atender a demanda atual, já preparada para uma futura expansão das atividades do MPPA.



MONTE ALEGRE

Em 31 de outubro de 2017 ocorreu a solenidade de entrega das novas instalações do MPPA em Monte Alegre. Antes, a promotoria funcionava numa pequena sala de 18m² dentro do Fórum do município, espaço pequeno para a equipe formada por dois promotores e mais sete servidores. A nova

sede, resultado de uma ampla reforma da antiga residência oficial, tem muito mais espaço e conforto para membros, servidores e principalmente para a população. Possui 315m², três gabinetes para promotores de Justiça, todos com antessalas, salas de audiência e multiuso.



ALENQUER

A Procuradoria-Geral de Justiça entregou, em novembro de 2018, as novas instalações da Promotoria de Justiça de Alenquer. Com 81m² de área útil, o imóvel trouxe melhores estruturas físicas à sede do MPPA, que funcionava em uma pequena sala localizada no Fórum da cidade. A nova sede foi instalada no imóvel onde funcionou, por décadas, a residência oficial do MPPA. A edificação foi totalmente reformada para se tornar nova sede do órgão. O espaço possui estrutura adequada e acessível para atender a demanda atual, com recepção, gabinete, sala de reunião e apoio, copa e arquivo.



ALTAMIRA

A cidade de Altamira recebeu, no dia 8 de fevereiro de 2018, as novas instalações do Ministério Público. O município possui um total de sete promotorias e todas elas funcionavam num único imóvel. Com a entrega do novo espaço, duas dessas promotorias foram transferidas para ele, desafogando o anterior. O espaço foi adaptado a partir da reforma da residência oficial, a fim de atender com conforto os servidores e os cidadãos que procuram os serviços da instituição. A estrutura é provisória, até a conclusão das obras da sede própria do Ministério Público que está sendo construída no município e quem tem previsão de entrega para o ano de 2019. Após a construção da sede própria todas as promotorias passarão o atendimento para a mesma.



— Solenidade de posse de Gilberto Martins na presidência do GNPP: ações de combate à improbidade administrativa e corrupção na gestão pública

Protagonista na **defesa da moralidade**

Com a posse como presidente do Grupo Nacional de Defesa do Patrimônio Público, procurador-geral Gilberto Martins consolida bons resultados da estratégia de combate à corrupção e das relações institucionais

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) ganhou projeção nacional ao ter o chefe da instituição indicado para presidir o Grupo Nacional de Defesa do Patrimônio Público (GNPP), que é um órgão vinculado ao Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE). A solenidade de posse ocorreu em outubro

de 2018, na sede do MPPA, em Belém, e foi presidida pelo então presidente do CNPGE, procurador-geral de Justiça do Estado de Goiás, Benedito Torres Neto.

A escolha do procurador-geral do MPPA, Gilberto Martins, como presidente e do procurador-geral de Justiça do Amapá, Márcio Augusto Alves, como vice, para comandarem o GNPP foi definida em

reunião ordinária do CNPGE, ocorrida em agosto de 2018, em Brasília. Ao assumirem os respectivos cargos, os empossados passaram a liderar os trabalhos do Conselho referentes à defesa do patrimônio público, que abrange, entre outros aspectos, o combate à improbidade administrativa e corrupção na gestão pública.

Logo após a posse, ocorreu a 1ª reunião ordiná-

ria do. Sediada no MPPA, em Belém, a reunião discutiu as diretrizes e bases de criação do GNPP, com a elaboração e votação de uma minuta de regimento interno para posterior aprovação dos integrantes do grupo. Também fez parte da pauta a elaboração de ações nacionais do Ministério Público de combate

à corrupção e à improbidade administrativa.

Dentre os itens do regimento interno que foram votados estavam as atribuições do GNPP, tais como promover o entendimento entre as unidades do Ministério Público para produzir uma articulação planejada da instituição na área da improbidade; formular

estratégias para combater a improbidade administrativa e toda forma de lesão ao patrimônio público e à moral administrativa; disseminar experiências e as práticas exitosas e estimular a produção de material de apoio, tais como artigos científicos sobre o assunto, notas técnicas e diretrizes de atuação. ■

Instituição em **evidência**

Gilberto Martins sustentou um relacionamento harmônico e transparente com várias instituições ao longo dos dois anos de gestão, mantendo diálogo permanente com entidades das esferas federal, estadual e municipal e com instituições internacionais. A postura não apenas manteve o MPPA em evidência, como produziu sólidos resultados institucionais.



FÓRUM DE SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO

Em julho de 2017, o procurador-geral de Justiça participou de reunião em Belém, no 4º Distrito Naval, da Marinha, com os integrantes do Fórum Permanente de Segurança do Tráfego Aquaviário da Amazônia Oriental, criado para analisar questões relativas à segurança da navegação, salvaguarda da vida humana e prevenção da poluição hídrica na Amazônia oriental, além de elaborar e propor a regulamentação decorrente.



RECUPERAÇÃO DE ATIVOS

Em outubro de 2017, representantes de instituições responsáveis pela fiscalização e controle da gestão pública no Pará assinaram termo de cooperação para acelerar a recuperação dos recursos públicos mal aplicados. Assinaram o documento o MPPA, Ministério Público de Contas do Estado, Tribunal de Contas do Estado, Procuradoria-Geral do Estado, Advocacia-Geral do Estado e Secretaria de Estado da Fazenda.



RAQUEL DODGE VISITA O MPPA

Em visita a Belém para acompanhar as festividades do Círio de Nazaré em 2018, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, esteve no MPPA no mês de outubro. Raquel Dodge conheceu as instalações do órgão e participou de uma breve reunião com membros e servidores da instituição. Foi a primeira vez que a chefe do Ministério Público Federal e Conselho Nacional do Ministério Público esteve na sede do MPPA.



LOCALIZAÇÃO DE PESSOAS DESAPARECIDAS

O projeto do Conselho Nacional do Ministério Público cria um sistema nacional de buscas e desenvolve ações conjuntas e de apoio mútuo às atividades de sistematização de procedimentos e comunicação de pessoas desaparecidas. Gilberto Martins aderiu ao programa em encontro realizado em Brasília, com a presença de Raquel Dodge, procuradora-geral da República.



PACTO PARA O COMBATE À CORRUPÇÃO

Durante o evento #TodosJuntosContraCorrupção, realizado em Brasília em referência ao Dia Internacional de Combate à Corrupção, em dezembro de 2017, o MPPA firmou o pacto do MP Brasileiro contra a corrupção visando combater esse crime e a improbidade administrativa. Gilberto Valente Martins participou do evento e assinou o pacto na condição de representante do MPPA.



INDEPENDÊNCIA INSTITUCIONAL

Acompanhado por membros do MPPA, Gilberto Martins participou, em fevereiro de 2018, da mobilização que alertou para os riscos das propostas legislativas que visam ao enfraquecimento do Ministério Público e do Poder Judiciário. O ato contra dispositivos controversos da reforma da Previdência (PEC 287/16) e pela valorização e independência das instituições ocorreu em Brasília.



REUNIÕES DO CNPG

Gilberto Martins foi atuante nas reuniões do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG). Em março de 2018 teve duas notas técnicas aprovadas por unanimidade, uma delas dispõe sobre a atuação do MP dos Estados e do Distrito Federal nos Tribunais Superiores, e a outra, sobre a fixação de diretrizes para a quebra de sigilos pelas Corregedorias ministeriais.



APRIMORAMENTO DA LEI DE IMPROBIDADE

Em reunião ordinária ocorrida em Fortaleza (CE), em abril de 2018, o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG) aprovou proposta com 22 sugestões à Comissão Especial instituída pela Câmara dos Deputados que analisa a reforma da Lei de Improbidade Administrativa. O procurador-geral Gilberto Martins participou das discussões e da construção da proposta.



DEBATES NO STF

Foram várias as reuniões no Supremo Tribunal Federal, em Brasília, para tratar de temas de interesse do Ministério Público do Pará e do Ministério Público brasileiro. Em uma dessas reuniões, ocorrida em agosto de 2018, o procurador-geral reuniu com a presidente do STF, ministra Carmen Lúcia, para a apresentação do Cadastro Nacional de Presos, elaborado no decorrer de 2018 pelo Conselho Nacional de Justiça.



UNIVERSIDADE DO PORTO

O MPPA recebeu, em outubro de 2017, a visita do professor catedrático de criminologia da Universidade do Porto (FDUP), Cândido Mendes Martins da Agra, que estava em visita ao Brasil para uma série de palestras sobre o Direito Criminal. Cândido Mendes veio conhecer de perto a atuação do Ministério Público paraense e entender as diferenças e semelhanças entre o órgão brasileiro e o português.



EMBAIXADA DA FRANÇA

Já em novembro de 2017 foi a vez do magistrado de Ligação para o Brasil, Suriname e Guiana da Embaixada da França, Jean-Philippe Rivaud, ter audiência com o procurador-geral de Justiça. Uma das funções do magistrado é auxiliar os contatos judiciais e agilizar a cooperação entre os dois países. Rivaud é cofundador e foi vice-presidente da rede europeia do MP ambiental.



EMBAIXADOR CANADENSE

Em maio de 2018, o embaixador do Canadá no Brasil, Riccardo Savone, esteve no MPPA para tratar de parcerias que a embaixada canadense tem firmado no Brasil para fortalecer o sistema de justiça no país norte-americano. A visita fez parte de uma agenda de encontros institucionais do embaixador em Belém.



DIÁLOGO COM O EXECUTIVO

O diálogo com representantes do Governo do Estado foi constante nos últimos dois anos. Diferentes pautas estiveram em discussão: desde melhorias no sistema de segurança pública até o fortalecimento do licenciamento ambiental. No início de 2019 um dos encontros foi com o governador Helder Barbalho, que esteve na sede do MPPA para alinhar parcerias institucionais na área de segurança pública.



INTERLOCUÇÃO COM O PARLAMENTO

Vários projetos de lei de interesse do MPPA tramitaram pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará nos últimos anos. O procurador-geral Gilberto Martins acompanhou a análise dos projetos e manteve interlocução constante com os deputados estaduais para prestar esclarecimentos sobre as motivações do Ministério Público. O diálogo auxiliou na aprovação dos projetos.



REPRESENTATIVIDADE

Por aclamação, o procurador-geral de Justiça do Pará, Gilberto Martins, foi eleito o vice-presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG) para a região Norte. A eleição, que ocorreu em março de 2019, durante sessão ordinária do Conselho, aumentou a representatividade do Pará em questões envolvendo a defesa dos direitos fundamentais.

Ouvidos atentos à classe

Consulta oficial realizada pela Procuradoria-Geral de Justiça sobre movimentação na carreira reflete perfil democrático da gestão



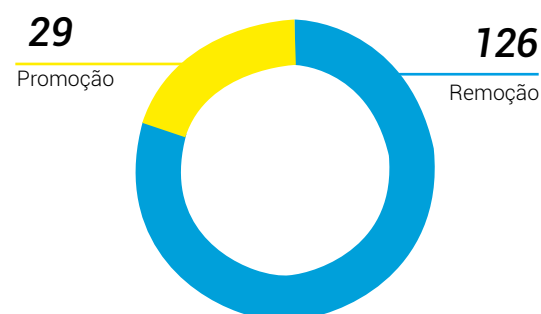
Ministério Público do Estado do Pará (MPPA). A ideia era tornar mais objetivos e justos os concursos de remoção. Para isso, a gestão elaborou uma enquete para participação de procuradores e promotores de Justiça, considerando a fundamental importância de ouvir a classe.

Durante três dias, os membros do MPPA receberam o link da enquete e tiveram a oportunidade de participar da consulta de forma eletrônica, votando por meio de computadores ou telefones celulares, para se manifestar sobre

a forma mais adequada para a movimentação horizontal na carreira. A consulta perguntou qual critério o MPPA deveria adotar para a remoção: o de antiguidade, exclusivamente, ou os critérios de antiguidade e merecimento, alternadamente. A votação teve a participação de 195 votantes, sendo que 154 (79%) foram a favor da remoção por antiguidade, exclusivamente, e 41 (21%) foram a favor da remoção por antiguidade e merecimento, alternadamente. Com base no resultado, o procurador-geral de Justiça, Gilberto Martins, elaborou uma minuta de projeto de lei, que foi submetida à apreciação do Colégio de Procuradores de Justiça e, posteriormente, à Assembleia Legislativa do Estado com a proposta de alteração apontada pela maioria dos membros. ■

Celeridade na movimentação

Entre 2017 e 2019 houve intensa movimentação na carreira do MPPA, com um total de 155 julgamentos (gráfico ao lado) para remoção e promoção em todas as entrâncias. Os julgamentos foram conduzidos pelo Conselho Superior do Ministério Público ao longo de quase 60 sessões.



Mais perto da sociedade

Maior presença nas redes sociais e lançamentos de uma nova marca e de um moderno portal destacam ações do MPPA para se aproximar do cidadão



Procurador-geral Gilberto Martins reúne membros e servidores para apresentar a nova marca da instituição

Aproximar o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) da sociedade. Esta foi uma das diretrizes da gestão do procurador-geral de Justiça, Gilberto Martins, à frente da instituição no biênio 2017-2019. Foi por isso que neste período o órgão trabalhou para estabelecer políticas e canais efetivos de comunicação com o cidadão. Mais

do que divulgar as atividades da instituição, os planos de comunicação priorizaram facilitar o acesso dos cidadãos aos servidores ministeriais e aumentar o conhecimento dos diferentes públicos sobre o que o Ministério Público faz. Uma das iniciativas foi a adoção de uma marca própria. Diagnóstico feito pela Assessoria de Comunicação

Social, a pedido da Procuradoria-Geral de Justiça, indicou que muitos cidadãos procuravam o MPPA acreditando que o órgão fazia parte do governo estadual. Havia baixa percepção sobre a autonomia e as atribuições do Ministério Público. Parte desse entendimento era provocado pelo fato de o MPPA não possuir uma identidade visual própria

– a instituição era identificada com o mesmo brasão utilizado por órgãos do Executivo e também possuía um símbolo alusivo ao Judiciário.

A nova marca, apresentada à sociedade e ao público interno em 2017 pelo procurador-geral Gilberto Martins, representou uma importante transformação do MPPA numa instituição moderna, que busca prestar um serviço de excelência ao povo paraense, através do trabalho exercido por seus membros e servidores.

A criação da nova marca ajudou a fortalecer a imagem do Ministério Público perante a sociedade, para que esta reconheça as ações que efetivamente são realizadas pelo órgão. Combinado com o lançamento da marca, a instituição produziu um inédito manual de identidade visual, para padronizar a aplicação do símbolo oficial do órgão.

Um concurso interno, que envolveu a participação de membros e servidores, escolheu a nova marca do MPPA. Uma comissão julgadora selecionou as três melhores propostas e as submeteu para escolha do Colégio de Procuradores de Justiça, responsável pela aprovação final do símbolo e pela publicação da resolução nº 005/2017, que instituiu a logomarca do órgão. ■

Novo portal reforça transparência



Procurador-geral no lançamento do novo portal do MPPA: plataforma adaptada para telefones celulares

Em outubro de 2018, o MPPA lançou o novo portal institucional, reforçando o compromisso da instituição com a transparência de seus atos. A criação da plataforma foi um grande salto de qualidade da instituição para atender a lei de acesso à informação, pois, a partir de então, ficou mais fácil para o cidadão conhecer os serviços ministeriais e acessar dados de interesse, como formas de fazer denúncias, reclamações e sugestões, tornando a relação com a sociedade mais ágil e transparente.

O novo portal possui recursos de acessibilidade para facilitar o acesso das pessoas com deficiência auditiva e visual. O cidadão poderá acessar notícias sobre as ações do MPPA em todo o Estado e ainda usar a plataforma para se informar sobre os serviços oferecidos pela instituição, como, por exemplo, o recebimento de denúncias e sugestões por meio da Ouvidoria do Ministério Público. O destaque é que o site é integralmente responsivo, ou seja, ele se adequa perfeitamente para visualização em telefones celulares, tablets e outros dispositivos móveis.

A construção do projeto foi um trabalho conjunto dos profissionais do Departamento de Informática e da Assessoria de Comunicação Social, e começou com um estudo de viabilidade de utilização de um sistema gerenciador de conteúdo muito funcional.

Com a modernização do portal, o MPPA dá um passo firme para o futuro, uma vez que o sistema adotado está no patamar dos melhores sites da Justiça e unidades do Ministério Público de todo o Brasil.



Acesse www.mppa.mp.br para navegar pelo portal do MPPA

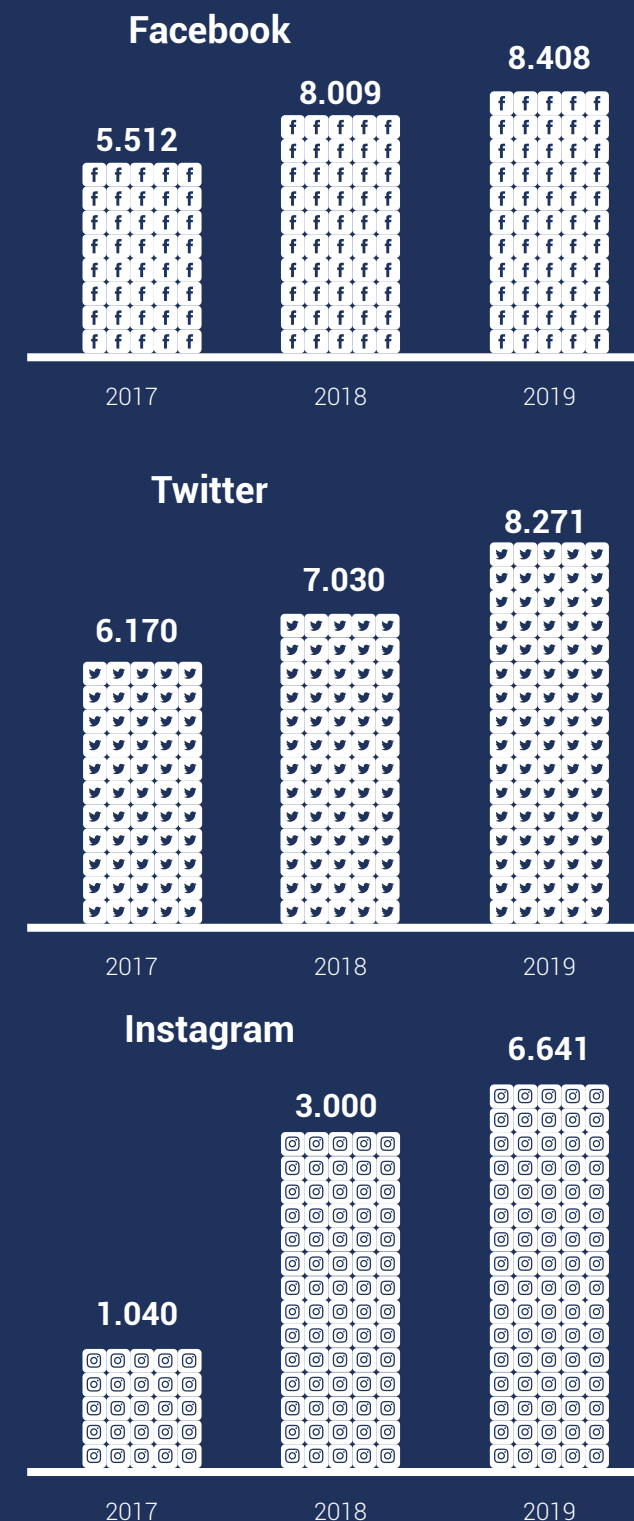
Fôlego extra no meio digital

O MPPA adotou boas práticas na comunicação pública e dinamizou a sua atuação no ambiente digital. As redes sociais foram aliadas da instituição para se aproximar da sociedade nos últimos dois anos. A Assessoria de Comunicação Social produziu conteúdos para cada rede e interagiu com os usuários. Como resultado, aumentou a quantidade de seguidores da instituição no Instagram, Facebook e Twitter.

Vários eventos, como audiências públicas, reuniões e solenidades passaram a ser transmitidas em tempo real nos perfis oficiais do MPPA nas redes sociais, sobretudo no Instagram e Facebook. Até então, as transmissões ao vivo estavam restritas às sessões do Colégio de Procuradores de Justiça e do Conselho Superior do Ministério Público. Com as “lives” nas redes sociais, o órgão passou a ampliar a publicidade das atividades ministeriais e, mais importante, abrir um novo canal de interação com a sociedade.

Novos seguidores

Confira a evolução na quantidade de usuários que passaram a seguir o MPPA nas redes sociais





— Comissão de orçamento reúne com o procurador-geral e técnicos antes de discutir no plenário: efetividade nas deliberações

Com as comissões, fica mais fácil

Após instituir grupos temáticos, Colégio de Procuradores de Justiça otimiza discussões sobre temas administrativos estratégicos do MPPA

Ao comandar a primeira sessão na presidência do Colégio de Procuradores de Justiça (CPJ), em maio de 2017, o procurador-geral de Justiça, Gilberto Martins, anunciou uma providência: iria trabalhar para ativar, no colegiado, comissões temáticas para tratar de assuntos administrativos estratégicos para

o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA). Era um dos planos da gestão. A ideia era clara: contar com a experiência e conhecimento dos procuradores para aumentar a efetividade das discussões envolvendo o orçamento, projetos de lei, normas internas e outros temas de interesse.

Os procuradores abra-

çaram a ideia e, em janeiro de 2018, o CPJ aprovou a resolução nº 02/2018, que instituiu cinco comissões temáticas e permanentes para funcionar dentro do Colégio. As comissões, compostas por procuradores de Justiça, têm como atribuição selecionar, organizar, examinar e opinar previamente sobre as

matérias relevantes a serem submetidas à deliberação do colegiado.

A iniciativa produziu resultados efetivos na rotina do MPPA. A título de exemplo, o orçamento da instituição para 2019 foi aprovado em uma única sessão do CPJ, em agosto de 2018. Antes de ser discutida no plenário pelos procuradores, a proposta orçamentária foi elaborada pela

Comissão Permanente de Orçamento (CPO), que é presidida pelo procurador-geral Gilberto Martins e composta pelos procuradores Manoel Santino Nascimento Junior, Antônio Eduardo Barleta de Almeida e Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves, bem como técnicos da Assessoria de Planejamento (Asplan), da Comissão de Gestão de Planejamento Estratégico

(Cogep) e diretores de departamentos do MPPA.

Como o assunto foi amplamente debatido pela comissão, foi levado ao plenário com minúcias e riqueza de detalhes, e já com parecer favorável da CPO. Com isso, ficou mais fácil para os integrantes do CPJ deliberarem a respeito. Situações semelhantes ocorreram com outros processos tratados pelas demais comissões.■

Discussões qualificadas

Veja quais foram as cinco comissões temáticas criadas no âmbito do Colégio de Procuradores de Justiça



Comissão Permanente de Assuntos Institucionais e Outorga de Comendas de Mérito Institucional



Comissão Permanente de Assuntos Administrativos e Técnicos Comendas de Mérito Institucional



Comissão Permanente de Defesa de Prerrogativas Institucionais



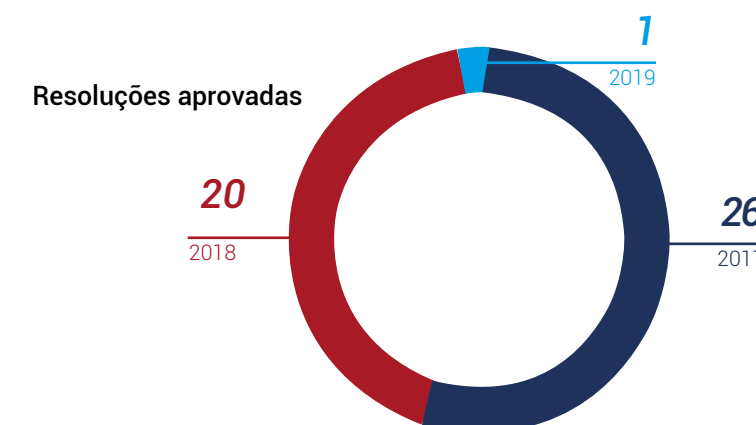
Comissão Permanente de Orçamento



Comissão Permanente de Regimentos e Normas Internas

Produtividade do CPJ

Além de deliberar sobre os processos inerentes às comissões temáticas, o Colégio de Procuradores de Justiça aprovou 47 resoluções que tiveram reflexo imediato na atuação do MPPA



Decisões de grande repercussão

Dentre as 47 resoluções aprovadas nos últimos dois anos pelo Colégio de Procuradores de Justiça, algumas modernizaram imediatamente a atuação do órgão, como a que criou o Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público. Veja abaixo outros destaques:

Ano	Resolução	Ementa
2017	005	Institui a logomarca do MPPA
	006	Modifica as atribuições dos cargos de promotor de Justiça de 1ª e 2ª entrâncias que exercem o controle externo da atividade policial para incluir a realização das audiências de custódia pelas Promotorias de Justiça vinculadas às varas que as realizarem
	011	Modifica a resolução nº 002/2012-CPJ, de 9 de fevereiro de 2012, para criar e regulamentar o Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará
	012	Cria e regulamenta o funcionamento do Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional (GSI) do Ministério Público do Estado do Pará
	025	Distribui um cargo de promotor de Justiça de 2ª entrância para integrar as Promotorias de Justiça de Santa Izabel do Pará e altera as atribuições das Promotorias de Justiça de Santa Izabel do Pará
2018	002	Institui, no âmbito do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Pará, as cinco comissões temáticas permanentes ou temporárias, na forma da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público.
	003	Institui o Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará (NUPEIA), que tem por finalidade atuar na implementação e adoção de mecanismos de autocomposição no âmbito do MPPA, como a negociação, a mediação, a conciliação, o processo restaurativo e as convenções processuais, ficando todos os projetos autocompositivos vinculados ao Núcleo
	006	Cria o Fórum Permanente do Ministério Público do Estado do Pará com a sociedade civil para Questões Agrárias e Fundiárias, a qual fica vinculada ao Centro de Apoio Operacional Cível
	007	Disciplina as atribuições dos cargos de promotor de Justiça agrário. Além das atribuições que lhe forem cometidas por esta resolução, incumbe exercer, no âmbito da respectiva Promotoria de Justiça, todas as funções de órgão de execução previstas na Constituição Federal, na Constituição Estadual, na Lei Orgânica Nacional do MP, na Lei Orgânica do MPPA, nas leis processuais e em qualquer outro diploma legal.
	009	Modifica a estrutura das Promotorias de Justiça do Tribunal do Júri de Terceira Entrância, que passam a ser compostas por quatro cargos de promotor de Justiça, modificando a resolução nº 020/2013-CPJ, de 24 de outubro de 2013
	010	Institui as Câmaras de Tratamento de Conflitos Agrários e Fundiários, no âmbito das Promotorias de Justiça Agrárias do MPPA, com o objetivo de fomentar o tratamento judicial e extrajudicial dos conflitos, por meio de autocomposição e outras metodologias aplicáveis, nos feitos de atribuição das Promotorias de Justiça Agrária que envolvam conflitos agrários e fundiários, a critério de cada promotor de Justiça agrário.
	011	Modifica a estrutura das Promotorias de Justiça de Itaituba, que passam a ser compostas por quatro cargos de promotor de Justiça
	014	Aprova o Plano Estratégico de Atuação do Ministério Público do Estado do Pará em Questões Agrárias e Fundiárias (PEAF) do biênio 2018-2019
	001	Dispõe sobre o regimento interno da Ouvidoria do MPPA



Integração por melhores serviços

Gilberto Martins e Suzy Koury, presidente do TRT da 8ª Região, exibem o aplicativo SIMVIDA: compartilhamento de informações

Procuradoria-Geral de Justiça e Ouvidoria firmam ações conjuntas para aprimorar atendimento ao cidadão e ampliar atuação do MPPA

A Procuradoria-Geral de Justiça foi parceira da Ouvidoria em várias ações institucionais no biênio 2017-2019, dentre elas a assinatura entre o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) e o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8) de um termo de cooperação para compartilhamento do SIMVIDA, aplicativo gratuito de celular que permite o encaminhamento de registros de qualquer situação de

acidente ou risco nos estados do Pará e Amapá. A parceria foi firmada durante ato solene realizado na sede do TRT8, em Belém, no início de 2018. A Ouvidoria ficou responsável por receber e direcionar os registros feitos pelo aplicativo. “A informação que chega pelo aplicativo traz dados sobre outros temas, não apenas sobre a questão trabalhista. Recebe uma gama de informações sobre ilicitudes que

Parceria entre PGJ e Ouvidoria resultaram em cooperações com o Tribunal Regional do Trabalho, CNBB e Tribunal de Contas do Estado



— MPPA sedia reunião do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público

podem servir ao Ministério Público para fazer o nosso papel de enfrentamento das ilegalidades", explicou o procurador-geral de Justiça Gilberto Martins logo após assinar a cooperação com o TRT.

Outra importante parceria entre a PGJ e a Ouvidoria foi a assinatura do protocolo de entendimentos, firmado em 2018 entre o MPPA e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil Norte 2 (CNBB), cujo objetivo é aperfeiçoar suas respectivas atuações na promoção da justiça, da paz e da defesa dos direitos humanos, em conso-

nância com os objetivos do desenvolvimento sustentável estabelecidos pela ONU, para atuação no Estado do Pará.

Com o apoio da CNBB, o MPPA intensificou as ações itinerantes da Ouvidoria nos municípios do Marajó com o objetivo de identificar as maiores demandas locais e dar tratamento adequado às mesmas junto aos órgãos de execução. A atuação itinerante auxiliou na divulgação do trabalho da Ouvidoria e facilitou o acesso aos serviços ministeriais pelo cidadão mais carente. A região do Marajó foi escolhida em ra-

ção dos alarmantes indicativos sociais da região.

A Procuradoria-Geral também foi parceira da Ouvidoria na 38ª reunião ordinária do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União (CNOMP), que foi sediada em Belém, nas instalações do MPPA. O ponto focal do evento foi a conciliação e mediação de conflitos. Durante o evento, a promotora de Justiça Andrea Sampaio, então ouvidora do MPPA, mostrou os trabalhos em curso no Pará para aproximar a Ouvidoria do cidadão.



— Reunião para firmar parceria entre o MPPA e a CNBB: ações itinerantes pelo Marajó

Fortalecer a gestão pública e atendimento ao cidadão

Um termo de cooperação técnica firmado entre o MPPA e o Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA) deverá fortalecer o atendimento ao cidadão e as práticas de gestão pública das duas instituições. A assinatura do acordo aconteceu no final de 2018, em Belém, em ato que reuniu o procurador-geral Gilberto Martins e a presidente do TCE, conselheira

Lourdes Lima.

O principal foco do termo é a cooperação técnica de boas práticas de gestão pública, especialmente em relação aos trabalhos das Ouvidorias do MPPA e do TCE-PA, visando estabelecer parceria para integração entre as respectivas unidades. A expectativa é que as Ouvidorias do MPPA e do TCE-PA compartilhem ferra-

mentas, métodos, procedimentos e tecnologias, referenciados como boas práticas, com foco na melhoria do atendimento ao cidadão e no aprimoramento da gestão dos dois órgãos. Um dos compromissos é que as unidades promovam o uso de novas tecnologias e soluções inovadoras para aperfeiçoar o tratamento de manifestações dos cidadãos. ■



— Gilberto Martins assina termo de cooperação com a presidente do TCE, conselheira Lourdes Lima

Relação **ganha-ganha**

Renovação de convênios com a Polícia Militar reforça a segurança pública e expande presença de policiais em operações do MPPA contra o crime organizado



— Gilberto Martins assina convênio com Hilton Benigno, comandante-geral da Polícia Militar: MPPA é o único a oferecer contrapartida à PM

Por lei, é assegurado ao Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) o direito a contar com um efetivo de policiais militares da ativa para a realização de serviços de segurança institucional. Apesar disso, a instituição manteve no biênio 2017-2019 convênio com a Polícia Militar para o fortalecimento e intensificação de ações de segurança pública e policiamento ostensivo à sociedade. A manutenção

foi firmada neste período por meio da assinatura de termos de cooperação pelo procurador-geral de Justiça, Gilberto Martins, e pelo comando-geral da PM.

Pelo convênio, a Polícia Militar recebe do MPPA recursos para investimento no reaparelhamento da corporação visando a sustentação dos direitos individuais e coletivos. O dinheiro é utilizado para a aquisição de armamento, cole-

tes balísticos, rádios comunicadores, veículos e outros equipamentos necessários para o desempenho das atividades policiais em todo o estado. Em contrapartida, a PM cede policiais militares ao MPPA para atuação na segurança institucional, assim como dos usuários dos serviços, área no entorno das instalações do Ministério Público, além de operações externas em defesa da sociedade. Também

são disponibilizados ao MPPA alguns armamentos e veículos para a realização de ronda.

Um benefício direto do convênio é sentido pela população. Em Belém, no bairro da Cidade Velha, que é onde está instalado o edifício-sede do MPPA, são constantes as rondas e o policiamento ostensivo realizados pela equipe do Gabinete Militar do Ministério Público, que utiliza viaturas, motos, bicicletas e policiais militares oriundos da cooperação entre os órgãos. Os registros de criminalidade têm caído ano a ano na região.

Os resultados também são sentidos pelos membros e servidores do MPPA. Em razão da manutenção do convênio, o procurador-geral Gilberto Martins conseguiu expandir, nos últimos anos, a cobertura de policiais militares à disposição do Gabinete Militar do órgão. Na prática, isso representou a designação de agentes de segurança pública para trabalhar em Promotorias de Justiça que antes estavam desprovidas deste tipo de segurança. A presença de ao menos um policial no dia a dia de uma promotoria do interior garante mais respaldo para que um promotor de Justiça conduza investigações contra o crime organizado ou possa combater o tráfico de drogas com menos receio de ataques à sua vida.

Estrutura **nova**

A renovação do convênio com a Polícia Militar rendeu benefícios diretos à segurança pública. Veja em que os recursos repassados pelo MPPA foram empregados.



1 furgão para transporte de cães



1 caminhão trucado para transporte de equinos



332 rádios digitais



3 vans executivas



40 fuzis calibre 5.56 modelo IA2



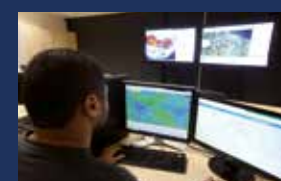
767 coletes refletivos



2 ambulâncias equipadas



324 capacetes



182 computadores desktop



50 escudos de proteção balística



182 nobreaks



1 micro-ônibus



18 câmeras filmadoras



16 câmeras fotográficas

Para o MPPA, o convênio garante ainda a manutenção de um efetivo próprio de policiais para trabalharem em operações do Gaeco (Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado), órgão do Ministério Público responsável por identificar, reprimir, combater, neutralizar e prevenir todas e quaisquer ameaças que as organizações criminosas possam representar à democracia brasileira. Aliado a isso, o procurador-geral Gilberto Martins designou mais dois promotores de Justiça para atuar no Gaeco.

O mais recente convênio entre o MPPA e a PM foi firmado em 2018, quando o procurador-geral Gilberto Martins e o comandante-geral da Polícia Militar, Hilton Benigno, assinaram termo de cooperação mútua para o fortalecimento e intensificação de ações de segurança pública e policiamento ostensivo à sociedade e de reforço das atividades do Gabinete Militar do MPPA, na execução da segurança institucional aos integrantes da instituição. Foi o terceiro termo assinado entre as duas instituições com esse fim. O Ministério Público é a única instituição pública a oferecer contrapartida à Polícia Militar pela cessão de policiais, o que reforça o compromisso com a segurança pública paraense. ■

Evolução nos trabalhos

A composição do Gabinete Militar do MPPA ficou inalterada nos últimos dois anos. Mas a produtividade e a cobertura militar aumentaram significativamente.



Olhos bem abertos

O setor de Monitoramento do MPPA também foi reforçado. Os próprios militares lotados na área realizaram a instalação e manutenção dos sistemas de alarme na capital e em promotorias no interior do estado, somando um total de 76 promotorias atendidas.



Inteligência no combate ao crime

Após criação do GSI e emprego de novas técnicas de investigação, MPPA vê aumento da efetividade dos procedimentos para o enfrentamento de organizações criminosas



— Promotores de Justiça Milton Menezes e Diego Libardi apresentam resultados da Operação Salvos, em Redenção

Em novembro de 2017, o Colégio de Procuradores de Justiça aprovou a resolução que criou o Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional (GSI), responsável por estabelecer diretrizes e ações de segurança institucional, visando a proteção de membros, servidores e da própria instituição, bem como, executar investiga-

ções e operações em apoio às promotorias, procuradorias e outros órgãos do MPPA, entre eles o Grupo de Atuação no Combate ao Crime Organizado (Gaeco), que já atua na investigação e combate a organizações criminosas e ajuizamento de ações criminais.

Visando atender às atividades do GSI, cuja estrutura é compartilhada com o Gaeco,

O Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional foi criado em novembro de 2017

Inteligência na prática

Desde sua criação, o GSI desempenhou várias ações de apoio a promotores de Justiça e a outros órgãos do MPPA, entre as quais:

14 Análises de riscos foram realizadas na atividade de segurança institucional, com identificação de ameaças e vulnerabilidades que possibilitaram estudos e implementação de medidas preventivas

98 Relatórios de atividades de inteligência e investigação foram produzidos em apoio aos diversos órgãos do MPPA e a unidades do Ministério Público de outros estados.

107 Investigados, entre pessoas físicas e jurídicas, pela Divisão de Análise Bancária do GSI entre 2017 e 2018

o procurador-geral Gilberto Martins investiu em estrutura de pessoal, entre servidores e militares especializados em área de análise técnica, tais como inteligência, investigação, análise bancária, interceptação telefônica e telemática, operações e outras. Houve também investimento em equipamentos de investigação e de informática.

Foram realizadas operações históricas nos últimos dois anos, que culminaram no desmanche de organizações criminosas e na prisão de agentes públicos acusados de desvios de recursos públicos. Nessas operações o GSI realizou o levantamento e confirmação de dados e apoiou o cumprimento de ordens judiciais de busca e apreensão

O GSI rompeu fronteiras e deu apoio técnico e de inteligência em operação deflagradas no Rio Grande do Sul, Bahia, São Paulo, Goiás e outros estados

de objetos e documentos, além do cumprimento de mandados de prisão. Os alvos foram, na maioria das vezes, agentes públicos denunciados por práticas lesivas ao erário, como crimes de corrupção passiva, peculato e crimes da lei de licitações. A atuação do GSI chegou a romper fronteiras, pois a equipe participou de operações deflagradas no Rio Grande do Sul, Goiás, São Paulo, Bahia e outros estados. Em boa parte destes casos, o MPPA firmou parcerias com órgãos locais do sistema de segurança pública, como a Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar e Polícia Civil.

O procurador-geral de Justiça, Gilberto Martins, apoiou várias iniciativas para combate ao crime organizado. Em uma delas, ele designou uma equipe de promotores de Justiça e de servidores para atuarem especificamente na Operação Perfuga, que apura crimes de corrupção na região do Baixo Amazonas. Com dezenas de denúncias ajuizadas e mais de 50 réus denunciados, a operação Perfuga, em Santarém, caminha para completar dois anos. Sem data para encerrar, os desdobramentos resultaram em nove operações executadas em Santarém e Belterra. Boa parte das investigações realizadas pela equipe da Operação Perfuga contam com o apoio do GSI. ■

Busca, apreensão e prisão

Relembre algumas operações envolvendo o GSI, Gaeco e Promotorias de Justiça, sobretudo do interior, que culminaram com a responsabilização de acusados de crimes contra o erário

OPERAÇÃO	MUNICÍPIO
Alçapão	Curionópolis
Avadon	Redenção
Caeté	Bragança, Tracuateua, Augusto Corrêa, Igarapé Açu e Belém
Cento e vinte um	Belém
Cloud Accounting	Belém
Cristo Redentor	Ananindeua
Eldorado	Canaã dos Carajás
Epistola	Jacundá
Gramacho	Pará, Bahia e São Paulo
Iaçã	Igarapé-Miri
Illicitus I e Illicitus II	Novo Repartimento
Integrada Canaã	Canaã dos Carajás
Licitacione	Bragança
New Lessons II	Belém
Passe Livre III	Ananindeua
Pequí	Parauapebas
Perfuga	Santarém e Belterra
Queima de Arquivo	Belém
Saidinha I e Saidinha II	Tailândia
Salvos	Redenção
Sniper	Barcarena
Sobreira	Redenção



Elaboração do PCCR avança

Com apoio da Procuradoria-Geral de Justiça, comissão criada para avaliar o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos servidores do MPPA acelera trabalhos



Formada por membros e servidores, comissão do PCCR reúne para debater a estruturação das unidades e cargos do MPPA

Instrumento indispensável para estabelecer a estrutura de cargos dos servidores do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), definir as atribuições, deveres e responsabilidades de cada cargo, estabelecer os níveis salariais, os

critérios de progressão funcional, promoção e administração salarial, o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) está em fase final de elaboração para ser discutido pelo Colégio de Procuradores de Justiça e, se aprovado,

encaminhado posteriormente à Assembleia Legislativa do Estado do Pará para apreciação de projeto de lei.

Uma comissão permanente, criada em 2018 pelo Colégio de Procuradores de Justiça, para avaliar o PCCR está

debruçada desde 2018 sobre a proposta do plano. Procuradores de Justiça e servidores de diferentes setores do MPPA compõem a comissão, que é responsável pela elaboração da proposta de atualização de estrutura do MPPA, inclusive com a criação de novas unidades e cargos. A expectativa é que a seja apreciada pelo Colégio de Procuradores em 2019.

Um dos focos das reuniões da comissão foi a política de remuneração inserida na estrutura do PCCR, que deve permitir alcançar três objetivos fundamentais da gestão de pessoas: atrair, reter e esti-

mular o desenvolvimento de profissionais qualificados para o alcance de seus desafios estratégicos. A comissão já reuniu com o procurador-geral de Justiça, Gilberto Martins, para discutir os aspectos do PCCR.

Em paralelo a isso, o chefe do MPPA assegurou nos últimos dois anos o cumprimento de medidas para valorizar e estimular os servidores do órgão (ver *quadro abaixo*), mesmo com desafios impostos pelo cenário econômico. "Asseguramos aumento salarial para os servidores e melhoramos o ambiente de

trabalho por meio de permanente diálogo com o Sindicato e a Associação dos Servidores", conta o procurador-geral.

Além disso, Gilberto Martins iniciou em 2017 o processo licitatório para a contratação de empresa para a realização de concurso público para servidores efetivos do cargo de auxiliar de administração, com formação em nível médio. Com a empresa já contratada, o planejamento é que o concurso ocorra em 2019 para o preenchimento imediato de vagas em Belém e em municípios do interior do estado. ■

Valorização de servidores

Confira as principais medidas da administração do Ministério Público do Estado do Pará entre 2017 e 2019 para valorizar e estimular a produtividade dos servidores:



REAJUSTE

Reajuste de 4,5% aos servidores conforme lei 8.549/2017, para o ano de 2017, e reajuste de 2,6% aos servidores para o ano de 2018

AUXÍLIO-SAÚDE

Conforme portaria 6.742/2018-MP/PGJ o auxílio saúde foi reajustado 6,85% para 2018



INDENIZAÇÕES

Entre os anos de 2017 e 2019 houve a viabilização das indenizações de férias e licença-prêmio a membros e servidores

PROMOÇÕES

Concessão das promoções por antiguidade e merecimento de servidor, além de continuidade do processo de progressão funcional

Qualidade de **vida no trabalho**

A Administração Superior contribuiu para melhorar a qualidade de vida no trabalho de membros e servidores do MPPA promovendo ações inéditas

Mais de 1.000 pessoas participaram, em dezembro de 2017, em Belém, da I Corrida do MPPA. O evento esportivo surgiu de uma parceria entre o Ministério Público do Estado do Pará com a Associação do Ministério Público do Estado do Pará (Ampep) a fim de difundir e estimular a prática de atividade esportiva de corrida de rua e caminhada entre membros e servidores do Ministério Público, além de magistrados e a comunidade.

A corrida teve um percurso de 10km com largada e chegada do Portal da Amazônia,

passando por 19 ruas e avenidas da capital. Algumas delas com cenários de pontos históricos da cidade. Na rua João Diogo, bairro da Cidade Velha, os atletas foram recepcionados com uma grande festa em frente aos prédios do MPPA e Ampep. O local era um dos pontos de hidratação da corrida.

O principal objetivo foi a melhoria da qualidade de vida, inclusão social, integração de pessoas, aproximação da sociedade e reforço do compromisso com a defesa da cidadania. O procurador-geral de Justiça, Gilberto Martins, participou da programação, acompanhado por vários integrantes da Administração Superior do MPPA. ■

Corrida reuniu mais de 1.000 participantes e serviu para aproximar ainda mais o MPPA da sociedade

— Claudmar Elpidio, integrante do Gabinete Militar do MPPA: estímulo à qualidade de vida



— Procurador-geral Gilberto Martins entrega premiações e corredores passam em frente ao edifício-sede do MPPA, no bairro Cidade Velha: proximidade com os cidadãos



Bem-estar de **membros e servidores**

A I Corrida do MPPA foi apenas uma das iniciativas da instituição para promover o bem-estar das pessoas. Confira outras iniciativas na área da qualidade de vida.



MP SAUDÁVEL

Ganhou força o programa MP Saudável, que realizou nos últimos dois anos (2017 a 2019) ações visando o levantamento dos indicadores de saúde de membros e servidores da instituição, fomentando a prevenção e o cuidado de possíveis doenças. O programa desenvolve um cronograma de atividades elaborado com a participação de membros e servidores da instituição.



QUINTA CULTURAL

A Quinta Cultural é uma iniciativa do Projeto Memória, do MPPA, que visa resgatar a história e cultura paraense, a partir de eventos importantes para a cidade, como por exemplo a realização de várias palestras culturais abertas à comunidade. Foram realizadas três edições entre 2017 e 2018, que abordaram o patrimônio histórico, Círio de Nazaré e a diversidade cultural indígena.



SAINDO DA ROTINA

A exibição de filmes em datas comemorativas também é uma forma de enriquecer o conhecimento e quebrar a rotina estressante de trabalho. Foi o que aconteceu em 2018, no Dia das Mães e Dia dos Pais, quando membros e servidores foram convidados a assistir um filme sobre a temática materna e paterna seguido de uma roda de conversa sobre as questões propostas no filme.



Opções múltiplas de capacitação

Em apenas dois anos o MPPA organizou 130 cursos para o aprimoramento funcional de membros e servidores e para gerar conhecimento de temas estratégicos

Quando anunciou, ainda no início de 2017, que iria aperfeiçoar as atividades do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), o procurador-geral de Justiça, Gilberto Martins, já previa que o órgão iria dinamizar a oferta de cursos para aprimorar as atividades funcionais de membros e servidores. Passados dois anos, o planejamento não apenas se concretizou como também superou as expectativas.

A nova gestão ofertou uma grande quantidade de cursos e eventos para atender membros, servidores, estagiários e também a sociedade. Nos 24 meses desde que Gilberto Martins assumiu a chefia do MPPA, o Ceaf realizou, por iniciativa própria ou em parceria com outros órgãos, um total de 130 eventos, entre cursos, seminários, palestras e simpósios. Ou, se preferir, é possível contabilizar uma média de cinco cursos por mês. A

Além de atingir uma média superior a cinco cursos por mês, Ceaf expandiu as capacitações para municípios do interior

— Curso de técnicas de entrevista, interrogatório e detecção de mentiras, realizado em 2017: diversos tipos de capacitação para aperfeiçoar a atividade-fim

marca é inédita na história do MPPA. Mais de 7,4 mil pessoas foram capacitadas ao longo de dois anos.

Sob coordenação do promotor de Justiça Rodier Barata, diretor-geral do Ceaf desde 2017, o órgão conseguiu outra conquista: expandiu os cursos para o interior do estado. Cidades como Chaves, Marabá, Santarém, São Sebastião da Boa Vista receberam cursos e seminários.

Membros e servidores também tiveram a chance de participar de eventos internacionais oferecidos pelo MPPA. Alguns dos eventos tiveram a presença de profissionais com reconhecimento nacional e internacional dentre tantos outros profissionais que se disponibilizaram para compartilhar seus saberes e experiências. Em abril de 2017, um dia após a posse de Gilberto Martins como procurador-geral, mais de 200 pessoas entre membros e servidores do MPPA, advogados e agentes públicos de outras instituições participaram do Simpósio Internacional de Combate à Criminalidade Econômica, que trouxe a Belém juristas conhecidos no cenário nacional e internacional, como a professora doutora da Universidade de Coimbra, Anabela Rodrigues, jurista portuguesa e uma das maiores especialistas em Direito Penal e Processo Penal da Europa, e o procurador regional da República Douglas



— Anabela Rodrigues, da Universidade de Coimbra (Portugal), e Douglas Fischer, procurador da República: debate sobre combate à lavagem de dinheiro

Fischer, que esteve à frente de um grupo de trabalho da operação Lava Jato.

Ainda em 2017, o MPPA recebeu o professor catedrático da Universidade de Coimbra, José Avelãs Nunes, que veio a Belém participar do ciclo de palestras "Direito, Economia e Globalização". O evento possibilitou ao Ministério Público ampliar sua rede de contatos com outras duas instituições acadêmicas, como a Universidade Federal do Pará e o Centro de Ensino Superior Universitário do Pará, instituições reconhecidas por sua notabilidade no âmbito da formação acadêmica para a área jurídica e produção de co-

7,4 mil
É a quantidade de pessoas que participaram dos cursos organizados pelo MPPA nos últimos dois anos

nhecimento crítico do direito, campo prioritário na atuação do MPPA.

O Ceaf já anunciou o calendário base dos cursos para 2019. Ao todo, estão previstos 93 eventos, sendo que a maioria é destinada ao aprimoramento funcional de membros e servidores do MPPA. Apesar disso, parte das iniciativas será aberta ao público. O calendário está disponível em www.mppa.mp.br.



— José Avelãs Nunes, professor catedrático da Universidade de Coimbra: palestras atrativas

Presença **também no interior**

Boa parte dos cursos organizados pelo Ceaf no biênio 2017-2019 ocorreram em municípios do interior. Confira alguns deles:

Evento	Onde ocorreu
Curso violação de direitos	Santarém, Altamira, Marabá
Diálogos do MPPA com a Rede de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente no Combate À Violência Sexual no arquipélago do Marajó	Chaves, Breves, Soure, São Sebastião da Boa Vista
Políticas públicas sobre tráfico, consumo e prevenção às drogas envolvendo criança e adolescente	São Sebastião da Boa Vista
Atuação do MP no terceiro setor	Santarém, Altamira
Seminário e oficina: Saúde para todos, sem preconceito e discriminação	Marabá
Seminário malefícios do uso indiscriminado de agrotóxicos	Marabá
Seminário nacional de combate aos impactos causados pelos agrotóxicos	Paragominas
Curso básico de tiro	Santarém, Marabá, Castanhal
Seminário sobre telefonia	Castanhal, Marabá
Seminário justiça restaurativa	Santarém
Palestra carreira vocacional	Santarém
Fórum de trânsito	Marabá
II seminário de segurança alimentar e saúde pública	São Sebastião da Boa Vista
Desburocratizando a justiça criminal	Altamira
Seminário e oficina: saúde para todos, sem preconceito e discriminação	Marabá

Temas **diversificados**

Os cursos organizados pelo MPPA foram direcionados para a real necessidade de membros e servidores. Em razão disso, os temas foram diversos. Veja alguns:



I Seminário de Aplicação da Lei Maria da Penha às pessoas transgêneros e transexuais
Dezembro de 2017



Curso sobre o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial)
Dezembro de 2017



Técnicas de Mediação de Conflitos Aplicadas ao Ministério Público
Fevereiro de 2018



Curso Atuação no Tribunal do Júri: aspectos práticos e discussões de casos
Outubro de 2018



Seminário Dignidade das Pessoas LGBT: O Ministério Público e a Garantia de Direitos
Setembro de 2017



Programa de Atualização em Inteligência Investigativa e Segurança Institucional
Fevereiro de 2019



— Promotor de Justiça Rodier Barata, diretor-geral do Ceaf, reúne com promotor recém-empossado: preparação antes do exercício diário



— Conselheiros do CNMP e procurador-geral Gilberto Martins palestram no Encontro Regional de Santarém, em 2018

Ambientação para **novos promotores**

Uma das novidades da atual gestão foi a organização de cursos para receber os novos promotores de Justiça do MPPA. Foram realizados cinco cursos de Ingresso na Carreira de Mem-

bro do Ministério Público com o objetivo de apresentar a estrutura e funcionamento da instituição aos membros recém-empossados.

Os cursos tiveram duração média de duas sema-

nas, período em que os novos membros participaram de dinâmicas e ouviram palestras de membros e servidores do MPPA a respeito de temas inerentes à atuação dos promotores.

Resgate dos **encontros regionais**



— Encontro Regional em Marabá, realizado no final de 2017: oportunidade de integração e de nivelamento do conhecimento



O Ciclo de Encontros Regionais do Ministério Público congregou integrantes do órgão em torno do eixo

temático Promovendo Ações Articuladas. Organizado pela Procuradoria-Geral de Justiça, O Encontro foi realizado nas

idades de Marabá, Santarém e Paragominas e contou com a participação de membros e servidores dos municípios que



— O município de Paragominas recebeu, em 2018, a terceira edição do Encontro Regional: atualização ao alcance de todos

integram as Regiões Administrativas Sudeste I, II, III e IV (Marabá); Sudoeste I e II e Baixo Amazonas (Santarém); e regiões Nordeste I, II e III (Paragominas).

Esse evento possibilitou o fortalecimento das ações dos procuradores e promotores de Justiça, do Ministério Público do Pará, por meio do aprofundamento e aperfeiçoamento dos conhecimentos teóricos e práticos acerca de temas institucionais relevantes.

Nos Encontros Regionais também foi possível harmonizar diretrizes, estreitar laços e abrir um canal de comunicação permanente, oportunizando a livre e colaborativa manifestação de ideias no âmbito institucional promovendo a integração e fortalecimento das relações institucionais e possibilitando o intercâmbio de experiência e a socialização de conhecimentos a partir da interação entre as procuradorias e promotorias. ■

300
Quantidade estimada de membros e servidores do MPPA que participaram, em 2017 e 2018, das edições do Encontro Regional em Marabá, Santarém e Paragominas



— Gilberto Martins assina termo de cooperação com o procurador-geral do MPDFT, Leonardo Bessa, para usar o sistema Votus

Tecnologia a serviço da transparência

MPPA adere ao consagrado sistema Votus e implanta plataforma moderna para a realização de eleições e de consultas em meio digital

A assinatura de um termo de cooperação, ocorrido em setembro de 2018, entre o procurador-geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Leonardo Bessa, e o procurador-geral de Justiça do Pará, Gilberto Martins, representou uma conquista importante para o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA). A parceria permitiu ao órgão paraense, de forma gratuita, a utilização do

Votus, sistema eletrônico de votação de forma segura e ágil.

O sistema Votus é um software que permite a votação nas eleições do órgão por meio eletrônico a partir de dispositivos móveis, como smartphones, tablets e notebooks. Elaborado em 2004, em Brasília, pelo MPDFT, o sistema é consagrado por ser sólido, moderno, testado e aprovado em várias eleições no MPDFT,

com ampla repercussão positiva. A utilização do sistema não gerou custos financeiros extras ao MPPA uma vez que o MPDFT transferiu a tecnologia e auxiliou a implantação do Votus no Pará.

Antes de ser efetivamente utilizado, o novo sistema passou por um período de testes. Foram realizadas diversas enquetes simultâneas com a participação de membros e

servidores, que permitiram à equipe do Departamento de Informática do MPPA aprimorar o uso do sistema.

A equipe da Comissão Eleitoral que presidiu, no final de 2018, as eleições para formação da lista tríplice ao cargo de procurador-geral de Justiça e para definição dos membros efetivos do Conselho Superior do Ministério Público para o biênio 2019-2020 também teve a oportunidade de realizar um treinamento prévio no sistema eleitoral Votus.

A utilização do Votus agregou maior segurança aos processos eleitorais realizados pelo MPPA. O sistema possibilitou a procuradores e promotores de Justiça votar de forma prática e sigilosa. O software possui recursos de criptografia, que permitem, por exemplo, restringir o acesso de servidores e de pessoas externas do MPPA à tela de votação. Além disso, ele é programado para que o usuário só possa votar uma única vez e para que resguarde o absoluto sigilo do voto, dentre outras funcionalidades de segurança.

O sistema eletrônico também facilitou a apuração do resultado, que é entregue praticamente de forma imediata após o término do período de votação. O Votus já foi incorporado ao acervo de sistemas do MPPA e continuará sendo utilizado para consultas e em processos eleitorais. ■

Primeira eleição 100% eletrônica



— Comissão Eleitoral coordena a primeira votação 100% eletrônica da história do MPPA

O sistema Votus foi utilizado com sucesso na eleição para formação da lista tríplice ao cargo de procurador-geral de Justiça, para o mandato no biênio 2019-2021, e na eleição dos membros efetivos do Conselho Superior do Ministério Público para o mandato de 2019 a 2020. A eleição ocorreu em 4 de dezembro de 2018.

A iniciativa do procurador-geral de Justiça, Gilberto Martins, de realizar a votação eletrônica teve o objetivo de modernizar o processo eleitoral da instituição e acompanhar as boas práticas adotadas por outras instituições, começando pelos tribunais eleitorais, que há anos utilizam urnas eletrônicas. Foi a primeira eleição realizada com sistema próprio.

Por ser a primeira

votação eletrônica, o pleito foi acompanhado por representantes do MPDFT e do Ministério Público Federal. No dia da votação a Comissão Eleitoral divulgou parciais para mostrar quantos dos eleitores já haviam votado. Dos 347 membros aptos a votar, um total de 339 participaram da votação para a formação da lista tríplice, o que representa 97,69% dos eleitores. Apenas oito membros deixaram de votar. Esta foi a maior participação do colégio eleitoral do MPPA em um processo decisório interno. Como o Votus pôde ser acessado por dispositivos móveis, a eleição registrou votos de membros que estavam de férias em outros países.

Minutos após o fim da votação, a Comissão fez a proclamação do resultado a partir dos relatórios gerados pelo Votus. Foi a votação mais rápida da história do MPPA.



— Servidor utiliza nova impressora multifuncional: no total, 25 municípios receberam equipamentos modernos para impressão

É tempo de (re)informartizar

Criação de novos sistemas de gestão e aquisição de equipamentos modernos de informática aperfeiçoam atividades ministeriais

O parque tecnológico do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) passou por uma intensa renovação desde 2017. Nestes dois últimos anos o órgão adquiriu mais de 3,3 mil ativos na área de informática para atualizar o estoque de computadores, notebooks, scanners, impres-

soras e de outros equipamentos indispensáveis ao funcionamento da instituição.

Na capital, do total de 176 impressoras adquiridas, 161 atendem promotorias localizadas em prédio anexos ao edifício-sede do MPPA; outras cinco foram destinadas à Promotoria de Justiça de Icoaraci e três

foram para o prédio que abriga a Promotoria de Justiça Militar, Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (Gaeco), Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Núcleo de Combate à Improbidade e à Corrupção (NCIC). Duas impressoras foram para a Promotoria de Enfrentamento à

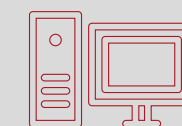
Violência Doméstica; duas para a Promotoria de Fundações; uma para a Promotoria de Mosqueiro e duas para a Promotoria de Justiça de Crimes Contra a Ordem Tributária.

No interior do Pará, um total de 25 cidades receberam os equipamentos: Ananindeua, Benevides, Marituba, Abaetetuba, Altamira, Barcarena, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Conceição do Araguaia, Itaituba, Marabá, Moju, Paragominas, Parauapebas, Redenção, Salinópolis, Santa Isabel do Pará, Santarém, São Miguel do Guamá, Soure, Tailândia, Tucuruí.

Os resultados já foram imediatos. A aquisição de roteadores, por exemplo, viabilizou a instalação do Simp, que é o sistema interno de cadastro e gerenciamento de procedimentos, em Promotorias de Justiça antes desassistidas da ferramenta. Com a expansão da rede banda larga pelo interior do estado e por meio da assinatura de novos contratos com fornecedores de outros tipos de conexão, o MPPA investiu na ampliação do serviço de internet. A instituição já iniciou processo de licitação para aquisição de mais computadores e monitores, scanners e notebooks, além da locação de equipamentos de impressão monocromática e impressoras coloridas.

A locação de equipa-

Informatização em números



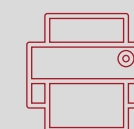
919

Computadores com monitores de 21"



885

Monitores adicionais



270

Equipamentos de impressão



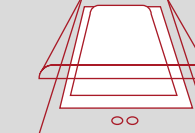
220

Notebooks



249

Certificações digitais



250

Scanners



230

Ativos de rede para ampliar redes lógicas e wi-fi



352

HDs externos

mentos novos foi uma mudança de paradigma implantado na instituição e serviu para reforçar as atividades nas promotorias. Um total de 26 municípios, incluindo a capital, receberam impressoras novas para serem usadas em suas funções administrativas.

Alugar equipamentos se justifica pois exige investimento

mais baixo do MPPA, já que a instituição não precisa comprar insumos como toner e peças, por exemplo, e nem arcar com despesas de manutenção. Além disso, ao partir para o aluguel, a instituição não gera lixo eletrônico, uma vez que, geralmente, dentro de cinco anos, equipamentos deste tipo tornam-se inservíveis para o órgão.

Desenvolvimento de novos sistemas aperfeiçoa gestão



— Lançamento de novos sistemas de informação: relatórios podem ser encaminhados ao corregedor Jorge Rocha até por smartphones



Na área de gestão da tecnologia da informação, o desenvolvimento e a entrega de sistemas ganharam ênfase, com resultados próximos ao programados para os anos de 2017 a 2019. Entre as novidades destacam-se o Sistema Confidencial de Pesquisa de Dados (SCPD) e, principalmente, o novo Portal da Internet do Ministério Público, lançado em 2018, que colocou o site do MPPA entre os mais modernos do MP brasileiro.

O SCPD, que foi desenvolvido para utilização pelo Centro de Apoio Operacional Criminal, reduziu consideravelmente o prazo de atendimento das solicitações de pesquisas, que chegavam até a 20 dias, sendo atualmente em média de 48 horas para atendimento.

A implantação do Simp Acervo, novo sistema digital de buscas da instituição, facilitou a rotina de trabalho de todos. A ferramenta, lançada em 2017, garante agilidade e eficiência na atividade-fim dos membros do MPPA. Pode ser acessado por todas as pessoas vinculadas ao MPPA que tiverem login de acesso à rede da instituição, além dos integrantes do Fórum Nacional dos Membros do Ministério Público da Infância e Adolescência (Proinfância). O sistema também está aberto para o público externo, que poderá obter informações da instituição, exceto que tramitam em caráter sigiloso.

Outra ferramenta que facilitou os trabalhos de membros e servidores do MPPA

foi o Sistema de Controle e Acompanhamento de Relatórios de Fiscalização, o Siscarf, lançado em maio de 2018. O Siscarf processa o envio, controle e acompanhamento dos relatórios de fiscalização das promotorias, possibilitando aos membros o envio de relatórios em tempo real, usando seus smartphones. Com uma interface funcional, o sistema se tornou em pouco tempo uma ferramenta diferenciada para aprimorar os serviços da Corregedoria do MPPA

Encontram-se em desenvolvimento o Sistema de Solicitação de Apoio Técnico do Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar e a versão aprimorada do SCPD, dentre outros sistemas para utilização pelas áreas fim e meio. ■



— Reunião de alinhamento entre o procurador-geral Gilberto Martins e coordenadores dos Centros de Apoio Operacional

Mais apoio qualificado

Readequação e maior ênfase às atividades do Centro de Apoio Operacional como órgão auxiliar proporciona avanços a promotorias e procuradorias de Justiça

Nos anos de 2017 a 2019 as atividades dos Centros de Apoio Operacional (CAOs) foram direcionadas para o efetivo apoio aos órgãos de execução com a realização de reuniões de trabalho, articulação interinstitucional, cooperação técnica, fortalecimento e criação de novos Grupos de Trabalho, incluindo a elaboração dos planos integrados dos grupos temáticos, de médio prazo, para as áreas da saúde, educação, infância e juventude e execução penal e dos planos integrados regionais da bacia

do Xingu, da bacia do Tapajós e do setor de navegação. Além disso, o CAO atuou na promoção de eventos em conjunto com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf) e instituições externas.

Um aspecto de destaque foram as tradicionais pesquisas jurídicas para subsidiar a atuação das Procuradorias e das Promotorias de Justiça, demonstrando que a equipe de gestão não mediu esforços para alcançar resultados mais satisfatórios em relação às expectativas institucionais.

2.056
Relatórios técnicos foram emitidos pelo Gati para subsidiar procedimentos dos órgãos de execução

Novos fluxos internos de trabalho diminuíram significativamente os prazos para retorno de pesquisas. Com a implantação do Serviço Confidencial de Pesquisas de Dados (SCPD), por exemplo, houve um ganho sensível na efetividade do CAO. Demandas que anteriormente demoravam cerca de 20 dias para

serem atendidas, passaram a ser respondidas em aproximadamente 48 horas.

Também foi significativo o número de demandas de apoio técnico. Ao longo destes dois anos de gestão, a Supervisão Administrativa dos CAOs, unidade responsável pelo agendamento e coordenação dos trabalhos

do Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar (Gati), recebeu 2.409 expedientes com variadas demandas de apoio técnico para atendimento, sendo emitidos 2.056 relatórios técnicos em apoio aos órgãos de execução, além das demais atividades de apoio disponibilizadas e realizadas. ■

Atuações destacadas

Além de prestar apoio técnico aos procuradores e promotores de Justiça, os CAOs foram fundamentais para integrar e promover o intercâmbio entre os órgãos de execução. Veja algumas ações realizadas.



— José Maria Lima Junior, coordenador do CAO Criminal, fala em evento interno

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CRIMINAL

• **Curso Júri:** o CAO Criminal ofereceu aos membros, em outubro de 2018, o curso Atuação no Tribunal do Júri: aspectos práticos e discussões de casos a fim de aprimorar a atuação do MP no Tribunal do Júri, com a incorporação de estratégias eficazes para o acolhimento das teses ministeriais pelo Conselho de Sentença.

• **GT do Júri:** o CAO Criminal participou da elaboração da Portaria nº 5.910/2017 MP-PGJ que instituiu no âmbito do MPPA o Grupo de Trabalho do Tribunal do Júri, coordenando, ainda, a primeira reunião realizada em outubro de 2017.

• **Combate à corrupção:** o CAO Criminal, em parceria com CAO do Patrimônio Público realizou, em 2017, o seminário "O Ministério Público e o Combate à Corrupção".

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO MEIO AMBIENTE

• **Caso Hydro:** a equipe do Caoma esteve ao lado da Promotoria de Justiça de Barcarena nas providências do MPPA em relação ao caso de denúncias de poluição ambiental do Rio Pará causados por supostos vazamentos da refinaria Hydro Alunorte. O episódio ocorreu no início de 2018.



— Myrna Gouveia, coordenadora do CAO do Meio Ambiente, conduz evento na área ambiental

• **Recursos Hídricos:** em fevereiro de 2018, foi realizado o seminário "Gerenciamento de Recursos Hídricos e Saneamento Básico" com o propósito de discutir a situação atual dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos e seus desdobramentos no Pará visando a sensibilização do tema no âmbito do MPPA e demais atores da sociedade civil.

• **Sustentabilidade:** o MPPA atendeu a legislação e lançou, no início de 2019, o seu próprio plano para gerenciamento de resíduos sólidos. Coordenado pelo Caoma, o trabalho envolveu a realização de campanha interna para estimular membros e servidores a praticarem ações sustentáveis, como a substituição de copos descartáveis por copos e garrafas reutilizáveis.

• **Resíduos sólidos:** foram desenvolvidas ações em parceria com as Promotorias de Justiça do interior para suporte ao acompanhamento dos planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos e da elaboração dos planos municipais de saneamento básico. Dentro desse tema, o Caoma ainda trabalhou de perto nas tratativas do MPPA sobre o funcionamento do aterro sanitário instalado em Marituba.



— Adriana Simões, coordenadora do CAO da Cidadania: fortalecimento da educação

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA CIDADANIA

• **MP unido pela Educação:** em atuação conjunta, os Ministérios Públicos do Pará, Federal, de Contas do Estado e dos Municípios realizaram, em agosto de 2018, o Seminário "MP unido pela Educação: Promovendo Cidadania" que, numa estratégia de articulação inédita, teve por objetivo impactar o adequado financiamento da educação pública de qualidade nas esferas estadual e municipal, diante de não atendimento de metas estabelecidas no Plano Nacional da Educação.

• **Pessoas com deficiência:** o CAO Cidadania, juntamente com promotores de Justiça com atuação na defesa dos direitos da pessoa com deficiência, fomentou o aumento de vagas para esse público, no percentual máximo de 15% do total de alunos matriculados nas classes regulares de ensino nas redes públicas e privadas do sistema estadual, o que se concretizou por meio da resolução nº 304/2017, do Conselho Estadual de Educação.

• **Implementação do SEI:** em fevereiro de 2018, o CAO Cidadania esteve à frente

das iniciativas para enfrentamento da implementação do Sistema Educacional Interativo (SEI), concebido pela Secretaria de Estado de Educação para expansão da oferta do ensino médio a populações do campo. A metodologia proposta pela Seduc era oferecer aulas para o ensino médio de 150 comunidades usando tecnologia via satélite. Várias Promotorias de Justiça pediram a nulidade do sistema, com suporte técnico do CAO.



— Ação do MPPA em Bragança com a presença de Marco Aurélio Nascimento, coordenador do CAO Constitucional

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CONSTITUCIONAL

• **Beneficiamento do caranguejo:** o CAO Constitucional prestou suporte à Promotoria de Justiça de Bragança em inquérito civil que trata da industrialização da carne de caranguejo no município. Em junho de 2018, o coordenador do CAO, Marco Aurélio Nascimento, a promotora de Bragança, Sabrina Kalume, e técnicos do Gati, visitaram empresas de beneficiamento de carne de caranguejo a fim de averiguar o funcionamento das mesmas. A iniciativa resultou na proposição de um termo de ajustamento de conduta.

• **Fórum de Trânsito:** em 2017 e 2018, o CAO Constitucional organizou os Fóruns de Municipalização do Trânsito em Belém e Marabá em parceria com o Detran. Os eventos reuniram promotores de Justiça e representantes de prefeituras municipais e de outros órgãos ligados ao assunto.

• **Alimentação saudável:** por iniciativa do CAO Constitucional, o MPPA organizou o evento Dia Mundial da Alimentação, composto por várias atividades lúdicas para crianças da rede pública de ensino com foco em estimular a alimentação saudável.



— Promotora Leane Fiúza, coordenadora do CAO da Infância e Juventude coordena evento no Marajó

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

• **Combate à violência sexual:** durante o "Seminário Estadual – Desafios no Enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes: Subsídios para construção dos planos municipais no Estado do Pará", ocorrido em maio de 2018, aconteceu o lançamento da campanha de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes. A campanha teve a

participação da atriz paraense Dira Paes, ativista dos direitos humanos, que emprestou sua imagem ao projeto.

• **Exploração sexual:** o CAOIJ promoveu dois encontros com o tema "Diálogos do MPPA com a rede de garantia de direitos da criança e do adolescente no combate à violência sexual no arquipélago do Marajó". Organizados em Soure e Breves, os eventos incluíram palestras, painéis e apresentações culturais. O objetivo foi fortalecer a interlocução do MPPA com os diferentes atores que atuam no combate à violência sexual e, com isso, aprimorar as medidas de enfrentamento do problema. As atividades de combate à exploração sexual depois foram expandidas para outros municípios.

• **Seminário garantia de direitos:** Com o seminário Estadual "Violência Contra a Infância e Juventude e a Luta pela Garantia de Direitos", em 2018, o CAOIJ promoveu o debate de ideias e a qualificação dos profissionais que atuam na área da Infância e Juventude, prevendo a garantia de um atendimento eficiente às crianças e adolescentes paraenses.

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CÍVEL

• **Percepção sistêmica:** o CAO Cível promoveu, em agosto de 2018, o Seminário "Percepção Sistêmica e Justiça: o Novo Paradigma do Direito" cujo objetivo foi incentivar a adoção de um novo método de solução de conflitos baseado no melhoramento das relações humanas. O evento apresentou a metodologia da Percepção Sistêmica, utilizada pela Comissão Sistê-



— Godofredo Pires, coordenador do CAO Cível: discussões ampliadas

mica de Resolução de Conflitos, como o novo olhar para as relações contenciosas que ajuda as partes em litígio a construir uma solução pacífica para os conflitos judiciais.

• **SIG Fundiário:** o CAO Cível supervisionou a implantação e execução do Sistema de Informações Geográficas e Fundiárias (SIG Fundiário) e deu suporte aos trabalhos do Núcleo de Questões Agrárias e Fundiárias e dos promotores agrários do MPPA. O apoio foi direcionado a equipar os membros e servidores para atuar em procedimentos e atividades que buscam garantir a paz no campo.

• **Criminologia Verde:** em outubro de 2017 foi realizada em Santarém a oficina de criminologia verde, que reuniu conhecimento interdisciplinar e destacou as possibilidades de uma atuação ampla dos promotores de Justiça nos âmbitos criminal, ambiental e agrário. O ministrante foi o especialista professor doutor Tim Boekhout Van Solinge, que é consultor internacional sobre o tema.

Quadro de especialistas do Gati é reforçado



— Técnicos do MPPA durante inspeção à Hydro Alunorte, em Barcarena

Para reforçar o atendimento, em quantidade e qualidade, a administração superior aumentou o quadro de especialidades disponíveis no Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar (Gati), que é vinculado à supervisão do CAO, por meio da nomeação de profissionais com formação nas áreas da saúde, engenharia química, engenharia sanitária, biologia e enge-

nharia florestal. A atual gestão também reforçou as áreas de engenharia civil, contabilidade e jurídico-agrária, levando em consideração o grande quantitativo de demandas que demandam conhecimentos específicos nestas matérias. Além disso, o procurador-geral de Justiça, Gilberto Martins, reforçou a presença do Gati no interior, por meio de diligências realizadas com deslocamento

de técnicos da capital e da admissão de dois técnicos para atuar em Breves.

Tais providências permitiram o reforço e a otimização do apoio técnico colocado à disposição de procuradores e promotores de Justiça, que podem contar com os conhecimentos técnicos dos assessores do Gati para instruir procedimentos do MPPA. O Gati atuou em toda a extensão do Pará, desde a capital até as regiões mais distantes, prestando apoio técnico especializado aos membros de 1ª, 2ª e 3ª entrâncias.

O Gati também vem desenvolvendo importante papel de apoio técnico em casos de repercussão nacional, a exemplo dos danos ambientais ocorridos em Barcarena nas áreas da empresa Hydro, nas enchentes que acometeram a cidade de Paragominas, no aterro sanitário de Marituba e nos danos causados pela Companhia Brasileira de Bauxita no município de Ulianópolis. ■



— Especialistas do Gati em vistorias em Monte Alegre e em Xinguara: atividades desenvolvidas em diferentes regiões do Pará



Diálogo que faz diferença

Atos conjuntos firmados entre a Procuradoria-Geral de Justiça e a Corregedoria subsidiam órgãos de execução e disciplinam temáticas de atuação



— Procurador-geral Gilberto Martins e corregedor Jorge Rocha assinam provimento: diálogo fortalece medidas administrativas

Ao longo dos dois últimos anos a Procuradoria-Geral de Justiça e a Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) mantiveram um diálogo constante e atuaram juntas na publicação de vários atos normativos com o intuito de orientar e disciplinar a atuação dos membros da instituição. O procurador-geral Gilberto Martins e o corregedor-geral Jorge Rocha assinaram recomendações e

provimentos conjuntos com diferentes objetivos, desde instrumentalizar Promotorias de Justiça para realizar fiscalizações do controle externo da atividade policial até orientar sobre providências em caso de descumprimento de elaboração de planos municipais de atendimento socioeducativo para o público infantojuvenil.

A formalização de atos pode ocorrer por provocação de membro do Ministério Público,

ao verificar situações pontuais em sua área de atuação; por sugestão do Conselho Superior do Ministério Público, para o melhor desempenho das funções dos órgãos ministeriais; por proposta dos Centros de Apoio Operacional, no sentido de realizar o acompanhamento e controle de orientações efetivadas; e de ofício, pela Corregedoria-Geral, ao analisar a documentação recebida em desacordo com os preceitos legais. ■

Vários subsídios aos membros

Entre os atos conjuntos da Procuradoria-Geral e a Corregedoria estão os seguintes:

Provimento conjunto 001/2017

Define os documentos e modelos de demonstrações contábeis exigidos para prestação de contas finalísticas das entidades do terceiro setor sujeitas ao velamento e a fiscalização pelo MPPA e dá outras providências.

Provimento conjunto 003/2018

Institui a relação das pastas e dos livros obrigatórios pelas unidades ministeriais sujeitas à correição na forma da lei.

Provimento conjunto 001/2018

Dispõe sobre os instrumentos de controle da atuação funcional de membros do Ministério Público do Estado do Pará na fiscalização periódica do controle externo da atividade policial, na forma de controle difuso e em sede de controle concentrado.

Recomendação conjunta 002/2017

Orienta os membros do MPPA com atuação na área da infância e juventude sobre providências em relação à elaboração de planos de atendimento socioeducativos por prefeituras

Provimento conjunto 002/2018

Dispõe sobre os instrumentos de controle de atuação funcional quanto à fiscalização periódica dos estabelecimentos penais, da regularidade processual e dos direitos e deveres do preso, por parte do respectivo órgão de execução do Ministério Público.

Recomendação conjunta 004/2017

Trata sobre providências que membros do MPPA devem adotar ao arquivarem feitos extrajudiciais e a necessidade de dar conhecimento a Promotorias de Justiça com a atribuição específica.

Frota e estrutura renovadas

Investimentos em terceirização permitem ampliação de serviços de transporte e recursos humanos, reforçando trabalhos dos órgãos de execução, sobretudo no interior



— Parte dos motoristas e carros terceirizados: novo contrato garante melhores condições para atender demandas ministeriais

O cotidiano de uma instituição de grande porte, como o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), envolve diversas atribuições e uma parte delas não constitui o foco principal do órgão. São as chamadas atividades-meio, que dão apoio às atividades-fim. Por isso, a Procuradoria-Geral de Justiça direcionou investimentos para a terceirização de serviços como transporte e limpeza. Uma das principais vantagens da terceirização é a possibilidade de melhorar a qualidade do trabalho realizado,

além de reduzir as despesas com impostos e outros encargos. Além disso, servidores que antes desempenhavam estas funções foram realocados em outras atividades, algumas delas na área administrativa para apoio às promotorias.

A estratégia representou, entre os anos de 2017 a 2019, o aumento do número de Promotorias de Justiça atendidas com veículos, sobretudo no interior do estado. Sedes do MPPA instaladas em municípios como Concórdia do Pará, Curuçá, Ponta de Pedras, Itu-

11,4%
Foi o aumento da quantidade de Promotorias de Justiça atendidas com veículo para uso em atividades institucionais diárias



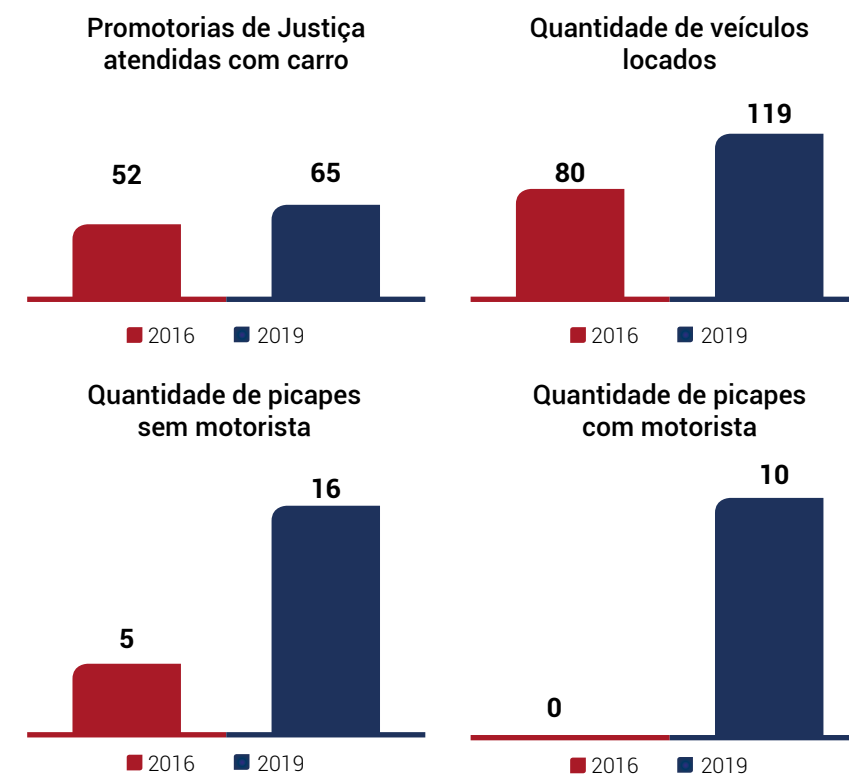
— Leilão de automóveis inservíveis ao MPPA realizado em Belém: venda rendeu quase R\$ 400 mil para o fundo de reaparelhamento

piranga, Rio Maria, Goianésia do Pará, Novo Repartimento, Medicilândia, Senador José Porfírio, Novo Progresso, Rurópolis, Igarapé-Miri e Óbidos receberam veículos novos, aumentando de 52 para 65 o número de sedes administrativas a dispor de transporte. O reforço foi de 11,4% em relação ao ano de 2016.

Segundo o procurador-geral de Justiça, Gilberto Martins, o objetivo da administração é aumentar ainda mais esse atendimento. Para isso, está em processo de licitação a contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículo com e sem motorista. O objetivo é chegar a 60% do atendimento nos municípios com promotorias instaladas. Alguns municípios receberam picapes para serem utilizadas em diligências por estradas e regiões de difícil acesso.

Veículo na garagem

Promotorias de Justiça instaladas em Concórdia do Pará, Curuçá, Ponta de Pedras e em outros municípios foram beneficiadas com a terceirização do serviço de transporte. Confira a evolução do serviço.



A renovação da frota de veículos foi uma das propostas de gestão do procurador-geral Gilberto Martins. Além de licitar a contratação de locação de veículos e motoristas, em fevereiro de 2018, um total de 43 automóveis usados, incluídos em leilão organizado pelo MPPA, foram comercializados rendendo um total de R\$ 395.350,00 ao órgão. A receita foi destinada ao fundo de reaparelhamento da instituição, resultando em investimentos e melhorias no próprio MPPA.

Os veículos automotores não estavam mais em utilização pela instituição. Há alguns anos o órgão adotou a estratégia de terceirizar o serviço de transporte, o que provocou a queda das despesas de conservação dos automóveis e aumentou a eficiência do serviço de condução de membros e servidores. Com a adoção desta estratégia, alguns automóveis ficaram ociosos, o que motivou a venda dos mesmos.

Entre os 43 automóveis leiloados estavam caminhonetes, carros de passeio, micro-ônibus, ônibus, motocicletas e modelos SUV. Alguns dos carros são blindados. O leilão incluiu veículos em excelente estado de conservação, como os modelos sedã Toyota Camry e SUVs Mitsubishi Pajero. Todos os veículos comercializados foram regularizados e não possuem multas.



— Recepcionistas fazem o primeiro atendimento a cidadã na sede do MPPA, em Belém

Novos profissionais para dinamizar serviços

Nos anos de 2017 a 2019, a instituição investiu na contratação de novos serviços terceirizados para atender o MPPA nas áreas de limpeza, transporte, copeiro e recepção. Na área de limpeza um total de 71 postos de serviço foram disponibilizados em 12 municípios. Também foram terceirizados os serviços de recepcionista,

telefonista e copeiro, somando um total de 40 profissionais prestando serviço em 17 municípios.

Se antes disso uma Promotoria de Justiça possuía um auxiliar de serviços gerais para limpar o imóvel, por exemplo, pôde realocar este servidor em uma outra atividade para dar apoio direto à atuação dos promotores de Justiça.

Time reforçado

Veja o resultado da terceirização de novos serviços de apoio às atividades do MPPA



71

Postos de serviços de limpeza em 12 municípios



24

Recepcionistas disponibilizadas em 15 municípios



24

Municípios atendidos com serviço de telefonista

Mais de R\$ 2 milhões em móveis

Em dois anos de gestão, a Procuradoria-Geral de Justiça também investiu no ambiente físico de trabalho de membros e servidores, sobretudo no interior do estado. Um total de 65 Promotorias de Justiça de 1ª e 2ª entrâncias foram atendidas com novos mobiliários. A instituição investiu mais de R\$ 2 milhões em armários, gaveteiros, mesas, cadeiras e persianas.

Com a aquisição do novo mobiliário, várias promotorias conseguiram reorganizar seus acervos de documentos e aprimorar a organização do ambiente de trabalho. Em Bragança, por exemplo, a equipe da promotoria local pôde distribuir os documentos por tipo de pro-



— Novas instalações da Promotoria de Justiça de Ananindeua: móveis sob medida

cedimento, data e estágio de tramitação. As pastas ganharam etiquetas para facilitar a identificação do conteúdo. A medida poupou tempo gasto na consulta ao acervo e re-

fletiu na maior produtividade de membros e servidores. Ao todo, 22 promotorias conseguiram fazer algo semelhante e aprimorar a gestão de documentos. ■

65 Promotorias de Justiça de 1ª e 2ª entrâncias foram atendidas com a entrega dos novos mobiliários



— Antes e depois do arquivo da Promotoria de Justiça de Bragança: 22 promotorias de Justiça de reorganizaram o acervo de documentos com a chegada do novo mobiliário

Governança é **tema estratégico**

MPPA cria comitê para a realização de atividades de desenvolvimento organizacional e colhe avanços na gestão institucional



— Comitê de governança reúne para tratar sobre o planejamento estratégico e definir diretrizes institucionais

Em cumprimento a resolução do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) criou, em janeiro de 2018, o Comitê de Governança Estratégica para fortalecer as atividades de planejamento estratégico do órgão. Presidido pelo procurador-geral de Justiça, Gilberto Martins, e composto por representantes de órgãos da Administração Superior e por servidores da Comissão de

Gestão do Planejamento Estratégico, o comitê colaborou para compatibilizar as visões políticas e técnicas relativas à gestão institucional.

Com a atuação do comitê, a Procuradoria-Geral conseguiu, por exemplo, priorizar o investimento de recursos em áreas identificadas como estratégicas, buscando com isso, a eficiência e eficácia organizacional e, também, a disseminação de melhores práticas de gestão.

Dentre as deliberações do Comitê, destaca-se a definição de diretrizes para a revisão do processo de planejamento institucional para o período de 2020 a 2027. O procurador-geral Gilberto Martins ainda fortaleceu a área de planejamento estratégico com a designação de servidores para implementar ações de modernização administrativa, dentre elas a atividade inédita de mapeamento de fluxos internos de trabalho.

Planejamento **estratégico nacional**



— MPPA recebe equipe do CNMP para a 1ª reunião regional de planejamento estratégico

O MPPA participou dos debates para construção do planejamento estratégico do Ministério Público brasileiro. Em setembro de 2018, cerca de 50 pessoas, entre membros e servidores dos Ministérios Públicos do Pará, Amapá e Piauí participaram do 1º

Encontro Regional do Planejamento Estratégico do Ministério Público, que ocorreu em Belém, no auditório do Centro de Estudo e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Pará (Ceaf). O evento foi uma das etapas do projeto de elaboração do Planeja-

mento Estratégico Nacional (PEN-MP) para o período de 2020-2029, desenvolvido pela Comissão de Planejamento Estratégico (CPE) em parceria com a Secretaria de Gestão Estratégica (SGE) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). ■

Gestão orçamentária é regra

Trabalho ostensivo de controle de gastos e uso qualificado de recursos garante boa execução do orçamento e manutenção de investimentos



— Procurador-geral Gilberto Martins e equipe técnica de membros e servidores debatem a gestão orçamentária do MPPA

Uma eficaz execução orçamentária fortalece o planejamento estratégico institucional e garante a aplicação correta dos recursos públicos. Acreditando nessa máxima, o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) manteve o equilíbrio fiscal no biênio 2017-2019, com o foco nos investimentos, necessários para a expansão das atividades institucionais e para a constante melhoria dos serviços ofertados.

O trabalho começou com o procurador-geral de

Justiça, Gilberto Martins, dialogando com o Executivo e Legislativo para defender o orçamento ministerial e a manutenção do repasse, pelo Governo do Estado, de 5,15% da receita líquida resultante de impostos.

O MPPA também fez a sua parte, mantendo as despesas com pessoal e encargos dentro do limite prudencial e fazendo investimentos cirúrgicos, apenas em itens previamente planejados que dispunham de recursos em caixa, como obras para reformas de

98,84%
Foi o percentual de execução dos recursos ordinários previstos para 2017



— Promotores coordenadores dos polos administrativos participam de oficina sobre o orçamento 2018: trabalho colaborativo para definir prioridades

prédios próprios ou construção de novas sedes no interior do estado. Com responsabilidade fiscal e muito trabalho o órgão executou 98,84% do total dos recursos ordinários previstos para 2017. A otimização dos gastos foi repetida no exercício 2018, pois foram executados 92,63% do total de despesa orçamentária programada.

A boa gestão dos recursos foi compartilhada entre a Procuradoria-Geral de Justiça e a Subprocuradoria-Geral de Justiça para a área Técnico-Administrativa, que

coordenou reuniões internas para acompanhar a programação orçamentária, com os departamentos da área meio. Essa supervisão permitiu mais agilidade na gestão e na execução do orçamento. Também foram realizadas reuniões para aperfeiçoar fluxos licitatórios e a gestão de contratos.

Novas ferramentas de gestão foram desenvolvidas, como o Orçamentômetro, recurso tecnológico criado em 2018 para que a administração pudesse acompanhar a execução do orçamento institucional e realizar o moni-

toramento do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Outro destaque foi a iniciativa do procurador-geral de Justiça em implantar a gestão colaborativa institucional. Pela primeira vez, coordenadores das regiões administrativas participaram, junto com a equipe da Procuradoria-Geral de Justiça, da discussão para elaboração do orçamento da instituição. De forma colaborativa, os membros discutiram as prioridades de investimento para as regiões administrativas alinhadas ao planejamento estratégico da instituição. ■

Investimentos respondem **por R\$ 29,5 milhões**

Um total de R\$ 29,5 milhões estão previstos para investimentos em obras, reformas de imóveis, desapropriações e aquisição de equipamentos e materiais para aperfeiçoar os serviços do Ministério Público do Estado do Pará em 2019. O valor foi aprovado, em agosto de 2018, pelo Colégio de Procuradores de Justiça (CPJ), que validou, por unanimidade, a proposta orçamentária da instituição para o próximo ano.

O orçamento do MPPA

para 2019 prevê que o órgão terá R\$ 594,1 milhões em receitas e que todo este valor será utilizado para financiar investimentos e custear despesas de pessoal e de funcionamento do órgão.

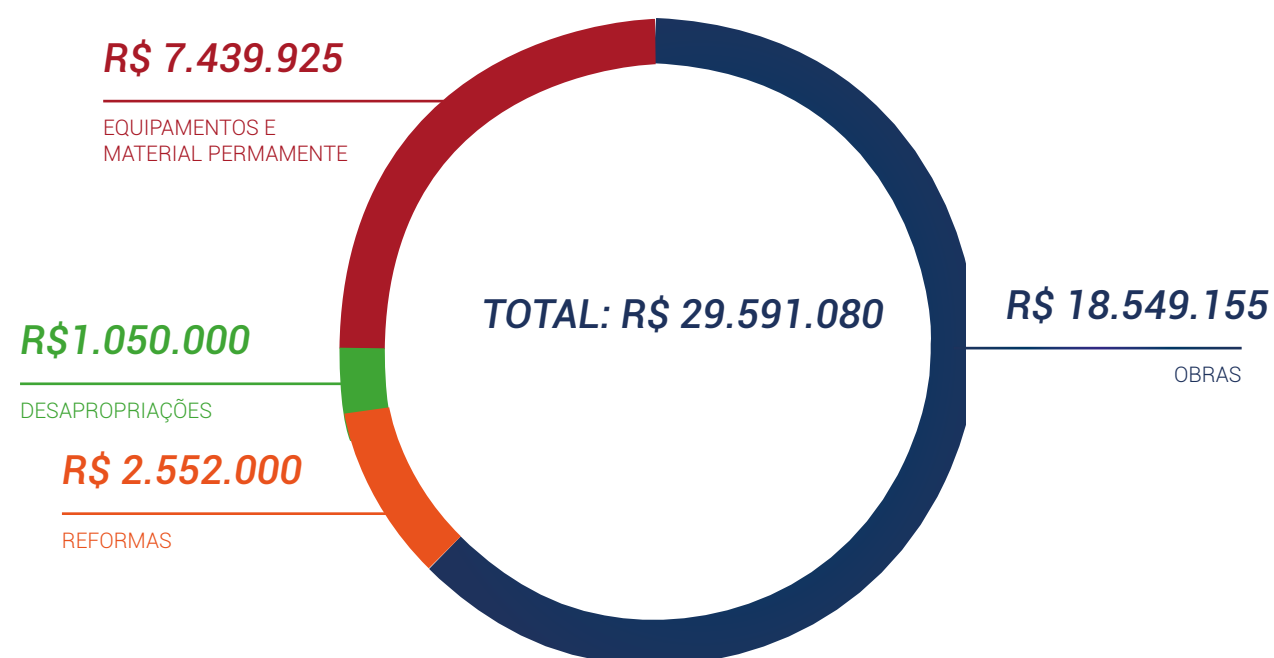
De acordo com o que foi aprovado, o MPPA poderá destinar um total de R\$ 29,5 milhões para investimentos. Neste valor estão previstos, por exemplo, projetos para construção de novas sedes da instituição em Canaã dos Carajás, Tucuruí, Breves, Itai-

tuba, Benevides, Abaetetuba, Barcarena e Belém. Também estão estimados R\$ 2,5 milhões para reformas em imóveis já existentes, de modo a adequar a estrutura do órgão às atuais necessidades dos cidadãos que demandam o Ministério Público.

Já a aquisição de equipamentos e materiais permanentes, como computadores, sistemas de informática e móveis, dentre outros itens, deverá consumir R\$ 7,4 milhões em 2019. ■

Aportes **estratégicos**

Veja para quais áreas estão destinados os novos investimentos do MPPA para 2019



A GESTÃO EM NÚMEROS

INSTITUCIONAL

 **348**
É a quantidade atual de membros do MPPA

 **18**
Novos Promotores de Justiça tomaram posse. 39 municípios atendidos.

 **83**
Assessores de 1ª e 2ª entrância foram nomeados atendendo 44 municípios.

 **2.056**
Relatórios técnicos emitidos pelo Gati

 **1.391**
É a quantidade atual de servidores do MPPA. Eram 1.263 em 2016.

 **4,5%**
Percentual de reajuste dos servidores em 2017

 **2,6%**
É o percentual de reajuste dos servidores em 2018

 **6,85%**
É o percentual de reajuste do auxílio-saúde

ADMINISTRATIVO

 **130**
Cursos ofertados pelo Ceaf

 **7.493**
Pessoas capacitadas

 **5**
Sedes inauguradas

 **5**
Obras em andamento

 **14**
Reformas em licitação

 **65**
Promotorias atendidas com mobiliários novos

 **919**
Computadores com monitores de 21" foram adquiridos

 **26**
Municípios receberam impressoras novas

 **822**
Equipamentos de informática novos, entre scanners, notebooks e HDs externos

 **230**
Ativos de rede para ampliar redes lógicas e wi-fi

 **7**
Municípios atendidos com telefonia terceirizada

 **71**
Postos de serviço de limpeza em 12 municípios

 **24**
Recepcionistas em 15 municípios

 **140**
Veículos locados

 **65**
sedes administrativas atendidas com veículos

 **98**
Relatórios produzidos pelo GSI para subsidiar investigações

 **22**
Promotorias tiveram o acervo organizado

 **1.000**
Novas publicações foram adquiridas pela biblioteca digital

 **52**
Sedes de promotoria com militares na guarda

 **76**
Promotorias atendidas com a manutenção do sistema de alarme

 **107**
Pessoas foram investigadas pelo GSI em 2017/2018

17/19

Rua Joao Diogo, 100 - Cidade Velha - Belém-PA
CEP 66015-165 | (91) 4008.0400 (Promotorias)
(91) 4006-3400 (Edifício Sede)

 @mppaoficial

 @mppaoficial

 /mppaoficial